



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB



**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH CAMPUS/IV- JACOBINA-BA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

MARIA GENAILDE MOREIRA BRASILEIRO

**A PRODUÇÃO ORGÂNICA EM JACOBINA-BA: DESAFIOS PARA ADQUIRIR
SUA CERTIFICAÇÃO**

JACOBINA-BA

2013

MARIA GENAILDE MOREIRA BRASILEIRO

**A PRODUÇÃO ORGÂNICA EM JACOBINA-BA: DESAFIOS PARA ADQUIRIR
SUA CERTIFICAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Departamento de Ciências Humanas – Campus/IV, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Me. Jacy Bandeira Almeida Nunes

JACOBINA -BA

2013

A PRODUÇÃO ORGÂNICA EM JACOBINA-BA: DESAFIOS PARA ADQUIRIR SUA CERTIFICAÇÃO

Monografia submetida à análise pela Comissão Examinadora do Corpo docente da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus IV, Jacobina – BA, como parte dos requisitos necessários para obtenção da graduação do curso de Licenciatura em Geografia.

Composição da Banca Examinadora:

Professora Orientadora: Me. Jacy Bandeira Almeida Nunes
UNEB – DCH IV

Profº Me.Edivaldo Hilário dos Santos
UNEB/ DCH IV

Profº Esp. Matheus Silva Alves
UNEB – DCH IV

Aprovado em _____ de _____ de 2013.

Aos meus filhos Raul e Ana Maria, razões da minha vida. Ana Maria, perdoa minha falta de paciência, hoje talvez não entenda a minha ausência, mas no futuro saberá o quanto este trabalho foi importante para mim.

AGRADECIMENTOS

Minha imensa gratidão a Deus, por me presentear com a vida para desfrutar dessa conquista, pois a cada passo dado ele me permitiu vencer os obstáculos e me impulsionou a esse momento de vitória.

À minha família, pelo apoio prestado durante todo o curso, que foi de grande relevância para que chegasse até este momento. Diante disso, agradeço especialmente aos meus pais, Agenor José Brasileiro e Irandir Moreira Brasileiro pela força, conselhos e orações para que eu conseguisse concluir minha graduação.

Agradeço à professora Jacy Bandeira Almeida Nunes pelo empreendimento na orientação e no constante apoio nos momentos de encontro, portando sempre muita sapiência ao esclarecer minhas dúvidas. Da mesma forma agradeço aos demais professores do curso de geografia do Campus IV que se fizeram presentes em minha vida acadêmica, apoiando sempre com conselhos e sugestões.

Aos companheiros de turma (2009.1), em especial Francisco Targino e Fredson, também Nelci Lago, estou muito grata por todas as contribuições e apoio que me deram durante minha pesquisa.

Sou profundamente grata aos agricultores orgânicos da Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológica de Jacobina- APAEJ, em especial Sr. Zacarias e João Bosco que em todos os momentos que precisei me ajudou com todo carisma e atenção, também a Robson Aglayton e Leonardo Lino diretores da Cofaspi, que em primeiro lugar, me incentivou a prosseguir com o tema da pesquisa. Diante disso a participação e o apoio de todos foram fundamentais para a minha investigação.

Por fim, agradeço àquelas pessoas próximas que me apoiaram ao saber conciliar e aceitar presença e ausência, e aos esforços variados de muitos, próximos e distantes, que aceitaram dedicar um pouco de seu tempo no intuito de me conceder sua contribuição nesse processo.

A todos que lerem essa monografia, que sirva de estímulo para fazer uso de uma alimentação mais saudável, livres de agrotóxicos, incentivando e disseminando atitudes que visem à preservação do nosso ecossistema natural para as gerações futuras.

Nada beneficiará tanto a saúde humana e aumentará as chances de sobrevivência da vida na terra quanto à evolução para uma dieta vegetariana. A ordem de vida vegetariana, por seus efeitos físicos, influenciará o temperamento dos homens de uma tal maneira que melhorará em muito o destino da humanidade.

Albert Einstein

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo principal diagnosticar os desafios enfrentados pelos agricultores familiares da Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológica de Jacobina – APAEJ, no que se refere à certificação dos produtos orgânicos, buscando entender a importância da aquisição dos selos para a comercialização e valorização dos seus produtos, observando as potencialidades e dificuldades para a inserção desses agricultores neste segmento de mercado. A pesquisa de campo foi realizada em setembro de 2012, com os 30 produtores orgânicos das comunidades de Cocho de Dentro, Coréia, Itaitu, Cachoeira dos Alves e Genipapo na área de abrangência no Município de Jacobina, todos integrantes da Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológica de Jacobina- APAEJ. Os procedimentos metodológicos foram através de pesquisa de campo, com enfoques quantitativos e qualitativos. Os instrumentos de coleta de dados foram: formulários com perguntas fechadas de múltiplas escolhas e também abertas de modo participativo nas justificativas, utilizamos imagens fotográficas, quadros, figuras, gráficos e tabelas na apresentação dos resultados. Serão de grande relevância os resultados da pesquisa para os agricultores e consumidores, uma vez que, trarão subsídios para orientar técnicos, gestores e os próprios produtores.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar; Agroecologia; Produtores orgânicos.

ABSTRACT

This ending work of course has as main objective to diagnose the challenges faced by farmers of the Associação dos Produtores the Produtoras Agroecológica de Jacobina- APAEJ, regarding the certification of organic products, seeking to understand the importance of the acquisition of stamps for the marketing and development of its products, noting the strengths and difficulties in inserting these farmers in this market segment. The field research was done in September 2012, with 30 organic producers communities of Cocho de Dentro, Coréia, Itaitu, Cachoeira dos Alves e Genipapoin the catchment area in Jacobinacity, all members of the Associação dos Produtores the Produtoras Agroecológica de Jacobina- APAEJ. The methodological procedures were through field research, with quantitative and qualitative approaches. The instrument for data collection was closed questions with multiple choices and alsoopened questions, in participatory manner in the justifications, we used images, figures, graphs and tables in the presentation of results.the search results Will be highly relevant for farmers and consumers, since, it will bring support to guide technicians, managers and producers themselves.

KEYWORDS: Agroecology;Family Agriculture; Organic Producers

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Selo de qualidade do Instituto Biodinâmico	35
FIGURA 2 – Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica..	37
FIGURA 3 - Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAT)..	41

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1 – Feira Orgânica de Jacobina na Praça Getúlio Vargas.....	53
FOTO 2 – Agricultora no plantio de beterraba na comunidade de Coréia.....	57
FOTO 3 – Plantio de hortaliças na localidade de Cocho de Dentro.....	64

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Capacitação para ser reconhecido (a) como produtor (a) orgânico..	58
GRÁFICO 2 – As formas adequadas para os produtores terem a certificação.....	59
GRÁFICO 3 – Itens que estão dificultando o processo de certificação	60
GRÁFICO 4 – Os desafios enfrentados pelos agricultores para o processo da certificação	61

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Localização do Município de Jacobina.....	46
MAPA 2 – Mapa do Piemonte da Diamantina.....	47
MAPA 3 - Mapa de localização das comunidades pertencentes à Associação.....	52

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Cadastro dos produtores orgânicos da Bahia.....	38
QUADRO 2 - Lista dos permissionários do SIPAT na Bahia.....	42

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Caracterização dos estabelecimentos agropecuários, de acordo com a classificação de agricultura familiar, segundo a Lei n. 11.326. Brasil- 2006.....	24
TABELA 2: Indicadores de produtividade segundo a classificação da agricultura familiar, Lei n. 11.326. Brasil-2006.....	24
TABELA 3: Participação da agricultura familiar na produção de alguns produtos, segundo a classificação da agricultura familiar, Lei n. 11.326. Brasil-2006.....	25
TABELA 4 – Cultura por Município do ano de 2011 segundo a Pesquisa Agrícola Municipal.	49
TABELA 5 – Perfil dos agricultores da Associação Agroecológica de Jacobina segundo o sexo.....	55
TABELA 6 – Perfil dos agricultores da Associação Agroecológica de Jacobina segundo a faixa etária	55
TABELA 7 – Perfil dos agricultores da Associação Agroecológica de Jacobina segundo a renda familiar mensal.....	56
TABELA 8 – Atuação da Cofaspi como Assistência Técnica.....	63

LISTA DE SIGLAS

AAO – Associação de Agricultura Orgânica
ABD – Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica
ABIO – Associação de Agricultores Biológicos
ACCP – Associação Comunitária Construtores da Paz
AGROFLOR – Associação Agroecológica Sertão do Pajeú
ANC – Associação da Agricultura Natural de Campinas e Região
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APAEJ – Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológica de Jacobina
APFA – Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumé
APROFAM – Associação de Produtores e Produtoras da Feira Agroecológica de Mossoró
ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
COFASPI – Cooperativa de Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
DAP – Declaração de aptidão ao Pronaf
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FETRAP – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IBD – Instituto Biodinâmico
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFOAM – Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAO – Fundação Mokiti Okada
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MOC – Movimento de Organização Comunitária
OAC – Organismo de Avaliação de Conformidade Orgânica
OCS – Organização de Controle Social
ONG – Organização Não Governamental
OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PMO – Plano de Manejo Orgânico

PNAE – Programa Nacional de alimentação Escolar
PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLANTEC – Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia
SETRE – Secretaria de Trabalho, Renda, Emprego e Esporte do Estado da Bahia
SIPAT – Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar
SISORG – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SOCLA – Sociedade Latino-Americana de Agroecologia
SPC – Serviço de Proteção ao Crédito
SPG – Sistema Participativo de Garantia
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	18
UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E CONCEITUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA	18
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	18
1.2 DEFINIÇÕES SOBRE A AGRICULTURA ORGÂNICA.	26
CAPÍTULO II	31
AS CARACTERÍSTICAS PARA A CERTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS ORGÂNICOS	31
2.1 DEFINIÇÕES SOBRE CERTIFICAÇÃO.	31
2.2 OS PROCESSOS PARA CERTIFICAÇÃO	33
2.3 AS NORMAS E PADRÕES PARA QUALIDADE ORGÂNICA.	43
CAPÍTULO III	45
AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA EM JACOBINA: UMA CERTIFICAÇÃO EM CURSO	45
3.1 JACOBINA: LOCALIZAÇÃO E BREVE HISTÓRICO	45
3.2 AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE JACOBINA E ADJACÊNCIAS	48
3.3 CARACTERÍSTICAS DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROECOLÓGICA DE JACOBINA	51
3.4 RESULTADO E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO.....	54
3.4.1 PERFIL SOCIOCULTURAL E ECONÔMICO DOS AGRICULTORES ORGÂNICOS DE JACOBINA	55
3.4.2 OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES PARA ADQUIRIR A CERTIFICAÇÃO.....	58
3.4.3 MODELO DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO UTILIZADAS PELOS PRODUTORES ORGÂNICOS.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
FONTES ORAIS	70
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICES	77
ANEXOS	84

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a importância de se consumir alimentos orgânicos e o papel da agricultura familiar no Brasil vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e nutricional, sobretudo no desenvolvimento local.

Para Campanhola e Valarini (2001), no Brasil, a agricultura orgânica começou a ter destaque no cenário nacional, a partir do início dos anos de 1980, buscando uma agricultura que fosse ecologicamente equilibrada, economicamente viável e socialmente justa. E, principalmente, é uma opção para inserção dos pequenos agricultores no mercado.

A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar principalmente o setor de alimentos orgânicos tem acontecido de maneira acelerada devido às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados. Dessa forma, o governo instituiu os programas sociais para atender as necessidades dos agricultores, exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); além do revigoramento da Reforma Agrária, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Como expressa a Profa. Nazareth Wanderley “A agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação” (WANDERLEY, 2001; p. 21).

De acordo com a Instrução Normativa, nº 19, de 28 de maio de 2009, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Em seu artigo 2º, considera-se Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos: base de dados com informações relativas aos produtores orgânicos em conformidade com a regulamentação brasileira para a produção orgânica. (BRASIL, 2009 s/p)

Conforme Paschoal (1994), para um produto receber o selo de certificação orgânico ele necessita ser produzido, como regra básica, sem a utilização de

agrotóxicos ou adubação química, sendo ainda um dos requisitos importantes, a relação com os trabalhadores envolvidos no processo, que precisam ter uma remuneração justa e participação nos lucros.

A Produção orgânica em Jacobina é colocada em prática através da Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológica de Jacobina - APAEJ, composta pelos agricultores de produtos orgânicos das comunidades de Cocho de Dentro, Coréia, Itaitu, Cachoeira dos Alves e Genipapo na área de abrangência do Município de Jacobina. Estes produtores comercializam todas às quartas-feiras, situados na Praça Getúlio Vargas (ao lado do Mercado Velho) e nas sextas-feiras localizados à Rua Ângelo Brandão (Praça da Igreja do Divino Espírito Santo) espaço denominado como “Feira Orgânica” de Jacobina, tendo como assistência técnica a Cooperativa de Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (COFASPI).

Foi através do componente curricular *Geografia Agrária*, ministrado no curso de Licenciatura em Geografia, após uma aula de campo na localidade de Cocho de Dentro, onde verificamos em lócus, a plantação de alimentos orgânicos e percebemos então, a possibilidade de pesquisar sobre a agricultura orgânica. O interesse por esse tema surgiu a partir da necessidade de averiguar **de que forma os produtores da agricultura familiar orgânica de Jacobina, vem se organizando para adquirir a certificação?** Tem como objetivo principal diagnosticar os desafios enfrentados pelos agricultores familiares no que se refere à certificação dos produtos orgânicos, buscando entender a importância da aquisição dos selos para a comercialização e valorização dos seus produtos. Como secundários: analisar as normas e técnicas para certificação de produtos orgânicos; identificar o modelo de organização, produção e comercialização utilizado pelos produtores e avaliar os efeitos positivos e ou negativos, em produzir e comercializar os produtos orgânicos.

Partimos do pressuposto de que os resultados da pesquisa são de grande relevância para os agricultores e consumidores, uma vez que, trarão subsídios para orientar técnicos, gestores e os próprios produtores.

A categoria de análise geográfica que utilizamos é o espaço, uma vez que, é dentro dele que os seres humanos se apropriam, se organizam e transformam a sociedade, capaz de expressar a realidade concreta. Pensar como é organizado o espaço geográfico onde se vive, é uma forma de se comprometer com a formação

de cidadãos ativos, aptos a tornarem-se sujeitos de sua própria história, constituindo assim uma sociedade mais participativa, pois segundo Santos, (1999, p.51) “o espaço é formado por um conjunto indissociável solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerado isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Nestes termos, entender o espaço é tarefa importante para analisar o processo de produção e organização, e as relações existentes entre a sociedade e a natureza.

A metodologia adotada foi através de pesquisa exploratória, com enfoques quantitativos e qualitativos. O instrumento de coleta de dados foi o formulário com perguntas fechadas de múltiplas escolhas e também abertas de modo participativo nas justificativas. O levantamento foi por meio de amostras probabilísticas do tipo amostragem amplas (composta pela totalidade dos dados coletados). Oliveira (2005) define formulário como um documento com campos pré-impessos onde são preenchidos os dados e as informações, que permitem a formalização das comunicações, o registro e o controle das atividades das organizações, como empresas ou instituições estatais.

A pesquisa de campo foi realizada no período de 12 a 22 de setembro de 2012, com 30 produtores orgânicos das comunidades de Cocho de Dentro, Coréia, Itaitu, Cachoeira dos Alves e Genipapo na área de abrangência no Município de Jacobina, todos integrantes da Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológica de Jacobina - APAEJ. Na oportunidade, foram observadas as condições necessárias para garantir a integridade e dignidade dos sujeitos da pesquisa, que após serem devidamente esclarecidos dos propósitos da pesquisa, da metodologia e outras questões éticas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Sendo que estes, assim como os formulários respondidos pelos sujeitos foram guardados nos arquivos do Colegiado de Geografia, Campus IV – Jacobina-Ba (modelos no apêndice).

Informações complementares foram extraídas das consultas bibliográficas e dos sites do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) entre outros. Na apresentação dos resultados utilizamos imagens fotográficas, quadros, figuras, gráficos e tabelas.

O trabalho estruturou-se em três capítulos. O primeiro fomenta a discussão teórica e histórica através da temática: *Uma abordagem histórica e conceitual da agricultura familiar e orgânica*. A partir das referências de Amaral (1958 p.114 *apud*

ALTAFIN, 2009), Fernandes (2001), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (FAO/INCRA,1996), entre outros. No segundo capítulo, intitulado de: *As características para a certificação dos produtos orgânicos*, abordamos a importância, os processos e as normas para a certificação dos produtos orgânicos. Os fundamentos teóricos dessa temática estão centrados nas idéias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, BRASIL, 2008), Oltramari, (2002), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, BRASIL, 2012) entre outros. No terceiro capítulo, intitulado: *Agricultura familiar e orgânica em Jacobina: uma certificação em curso*. Inicialmente enfocamos um breve histórico do município, as características da Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológica de Jacobina - APAEJ e em seguida apresentamos os resultados e discussões obtidos com a pesquisa de campo.

CAPÍTULO I

UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E CONCEITUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA

O objetivo do capítulo é focar o contexto histórico da agricultura familiar no Brasil e abordar de maneira sintetizada as definições da agricultura orgânica e sua regulamentação. Inicialmente pretendemos demonstrar a relevância da temática para ciência geográfica, uma vez que, é possível identificar as implicações das relações humanas com o meio ambiente. É também uma discussão contemporânea em busca de um modelo agrícola que reduza os impactos ambientais, e desenvolva a prática da agricultura orgânica na produção de alimentos saudáveis, além de destacar os valores associados à biodiversidade e a sustentabilidade, aspectos que vinculam-se a abordagem da segurança alimentar.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O termo “Agricultura Familiar” existe desde os tempos remotos, somente a partir da década de 1990 vem ganhando força, sendo definitivamente consolidados nos anos 2000 e muito discutidos nos dias atuais pelos meios acadêmicos, pelas Políticas Públicas e pelos Movimentos Sociais, contudo, devemos compreender em um breve resgate histórico as similitudes entre Agricultura Familiar e Camponesa, contrapondo a Agricultura Patronal.

A Agricultura Familiar surgiu a partir dos primeiros povos que aqui estavam “os índios” e prosseguiu desde a pré-colonização, através dos núcleos de ocupação do território: foram os índios os primeiros fornecedores de alimentos para os colonizadores portugueses no início da colonização. Amaral afirma que, “[...] à época do descobrimento, os ameríndios já eram agricultores, já cultivavam quase todas as espécies que constituíram objeto de atividades agrícolas durante o período colonial, com exceção da cana-de-açúcar e do trigo, única contribuição dos portugueses” (AMARAL, 1958, p.114 *apud* ALTAFIN, 2009). A autora enfatiza essa afirmação destacando que a agricultura indígena se expandiu a partir da produção do feijão, milho, batata-doce, mandioca entre outros produtos, inclusive do manuseio de instrumentos agrícolas que trocavam com os portugueses.

Após a Independência do Brasil e o término das sesmarias, surgiram às primeiras propriedades rurais privadas no país e concomitantemente proliferaram as posses, ou seja, pequena propriedade de terra, das quais as famílias de agricultores trabalhavam na lavoura para sua sobrevivência e para abastecer as cidades. Essa forma de cultivar a terra era conhecida como “agricultura camponesa” definição dada às famílias que não tinham salário, porém, tinha um trabalho organizado no meio familiar que produziam para subsistência e que contribuiu muito para o desenvolvimento do país. (INCRA, 2009)

O Frei Sérgio Antonio Görgen no relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2005) afirma que:

Os laços de família são fortes componentes do modo de existir e da cultura camponesa. Alguns teóricos, como o russo Alexander Chaijanov – um dos principais estudiosos da agricultura camponesa em todos os tempos - vêem na reprodução da família camponesa e dos objetivos que ela própria se coloca, o grande motor da atividade econômica da agricultura camponesa. Por exemplo, se uma família camponesa se coloca – consciente ou inconscientemente - objetivos de vida modestos, vai organizar sua vida econômica em função disto. Já outra família camponesa pode colocar como objetivo formar filhos na Universidade e este objetivo conduzirá suas decisões na organização da produção e suas relações com o mercado. (GÖRGEN, 2005 p.1).

Para o autor a organização camponesa tem um papel fundamental na história do Brasil, seus integrantes possuem uma cultura que objetiva as práticas sociais, zelam pela natureza sem destruí-la e além de tudo capacitam seus familiares de forma coletiva para o respeito às diversidades culturais, construindo identidades camponesas que lutam pelo direito à existência e a perspectiva de um futuro mais social e igualitária. Entretanto, para que a comunidade camponesa pudesse ter seu espaço, houve muita resistência por parte dos latifundiários.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, (INCRA,2009) o Território Nacional foi ocupado por meio da ilegalidade e pela violência. A prática, a princípio, era baseada por meio da posse física da área na qual procedia a “grilagem”, expressão empregada para adulterar documentos novos com aparência de velhos e dessa forma adquirir as terras apropriadas e registradas ilegalmente. Isto acontecia com os fraudadores de títulos imobiliários, onde os mesmos colocavam em um recipiente fechado diversos grilos e após vários dias esses documentos apresentavam manchas ferruginosas, decorrente dos dejetos dos insetos, ficando assim corroídos para indicar a suposta ação do

tempo (INCRA, 2009).

Nesse processo, os infratores se especializaram na transferência de áreas públicas para entes privados. Fernandes (2008) apud Amaral (2010), aborda que os camponeses imigrantes e sem posse da terra, eram obrigados a trabalhar para os latifundiários, na derrubada da mata, na plantação até a formação das fazendas, em seguida eram expropriados. Aqueles que resistiram na propriedade eram perseguidos e com esses enfrentamentos muitos foram dizimados através do massacre até mesmo genocídio. “A violência contra esses povos delimitaria as extensões históricas do latifúndio. Em todo o tempo e em todo o espaço, a formação do latifúndio frente à resistência camponesa determinaria a realidade da questão agrária”. (FERNANDES, 2008, p.2 *Apud* AMARAL, 2010).

Esta foi uma fase “negra” da história política nacional, no qual o clima de instabilidade sócio-econômico caracterizava-se pela precariedade desencadeada tanto no plano econômico, como no político e social, contribuindo para o controle dos meios de trabalho e de produção. Lamarche (1993) apud Alves (2008), afirma ao referir-se à problemática no Brasil que:

Pode-se afirmar desde então, de maneira geral, que a agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de produção e especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade. (LAMARCHE, 1993 p.180 *Apud* ALVES, 2008).

Dentro deste contexto, percebe-se as inúmeras dificuldades vividas pelos camponeses, sobretudo no âmbito econômico e social. Essas famílias construía suas casas às margens dos rios e cultivavam os produtos alimentícios para a subsistência, e em época de crise financeira, submetiam a trabalhar nas terras dos grandes proprietários. Esta situação era modificada quando o crescimento da atividade agrícola atingia bons resultados.

Por muito tempo, os agricultores familiares, foram chamados de colonos e camponeses. Cardoso (1987) apud Altafin (2009) destaca alguns princípios para classificar o conceito de camponês: exercer a produção agrícola exclusivamente de ordem familiar; ter acesso e estabilidade a terra como forma de propriedade;

possuir autonomia para determinadas decisões na gestão das atividades agrícolas, no que se refere à plantação, a colheita e a comercialização, entre outros. (CARDOSO, 1987 *apud* ALTAFIN, 2009).

Autores como Veiga e Abramovay argumentam que há algumas premissas que diferencia o produtor camponês do agricultor familiar: a questão do interesse do governo em elaborar políticas públicas, o incentivo para a utilização das tecnologias e a integração ao mercado. (VEIGA, 1991, p.190-2; ABROMOVAY, 1992, p. 21-2).

Diante desse pressuposto, percebemos as características analógicas entre as definições de ser um camponês ou agricultor familiar, no qual a primeira é mais conservadora, utiliza da pequena produção sendo para subsistência ou para o mercado visando somente o sustento da família; a segunda está também voltada para a produção familiar, porém com incentivo das políticas governamentais para o fortalecimento da agricultura familiar, com a inserção da modernização tecnológica e melhoria na qualidade de vida do agricultor familiar. Segundo Fernandes (2001) os teóricos da agricultura familiar defendem:

Que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal. (FERNANDES, 2001, p. 29-30)

Para uma melhor contextualização, há um conceito de Agricultura Familiar extraído do Dossiê Estatístico elaborado pelo INCRA e o FAO (1996), onde define as características para ser considerado um agricultor familiar: os gestores da unidade produtiva e os investimentos realizados são através de agricultores que possuem vínculo familiar, (esposa, filhos, parentes etc.); os membros da família participam majoritariamente do trabalho; e, a propriedade dos meios de produção pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Buainaim e Romeiro (2000), afirmam que os agricultores familiares apresentam características próprias no sentido de diversificar as culturas, ou seja, não trabalham com a monocultura, tem complexibilidade no sistema de produção,

na criação de animais. Sabem acumular de forma progressiva através do aumento da produtividade baseada em pouca quantidade de capital.

É notório que este segmento como agricultores familiares têm avançado muito nas últimas décadas, principalmente quando se trata de reconhecimento por parte das políticas públicas; da inclusão social, ao acesso a linhas especiais de crédito e previdência social, agregando uma série de valores, fato este que significa para esses agricultores o reconhecimento de sua própria história, estimulando a discussão nas comunidades, nos municípios e em suas entidades representativa. Percebe-se, nesta abordagem, que os itens apresentados mostram o que a diferenciam da agricultura familiar de outras modalidades de agricultura é a relação com a terra, o trabalho e a família.

Segundo Tedesco (1999) conceitua o agricultor familiar como:

Agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (mais de 80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros, temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de mão-de-obra, a família deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento. (TEDESCO, 1999 p.62 *apud* CHIARELLO, 2008).

Esta definição tem no escopo a utilização dos padrões do PRONAF, programa do Governo Federal para os agricultores familiares terem o acesso às linhas de crédito rural. É um programa voltado para atender os produtores rurais, visando o fortalecimento da agricultura familiar através das atividades com o trabalho familiar de produção agrícola, agropecuária entre outros. Foi criado em 1995, pelo Governo Fernando Henrique Cardoso e institucionalizado através do Decreto Presidencial nº 1.946, com data em 28 de julho 1996. Segundo o MDA, o PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, possui taxas de juros baixos para financiamentos rurais em longo prazo, com pagamento e carência de até cinco anos. (BRASIL, 2012),

Schneider (2004) aponta que no Manual Operacional para os seguintes propósitos do programa do PRONAF:

Ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; viabilizar a infra-estrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos

novos padrões de tecnologia e de gestão social; estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos. (SCHNEIDER, 2004, p. 3).

Esses requisitos são de suma importância para o desenvolvimento do programa, uma vez que, os agricultores beneficiados pelo PRONAF devem ter o acompanhamento da assistência técnica bem como, a capacitação para o manejo agrícola, o acesso a tecnologia para que de fato, possam ingressar no mercado e comercializar seus produtos.

Atualmente a Agricultura Familiar é regulamentada pela Lei Nº 11.326, que determina as diretrizes para a formulação da Política Nacional, no qual constitui o marco legal da agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, incluindo dessa forma as Estatísticas Oficiais. Grossi e Marques (2010) afirmam que “o conceito de agricultura familiar está relacionado à unidade familiar, ao passo que o de estabelecimento está relacionado à unidade produtiva.” A afirmação dos autores se refere às alterações feitas ao Art. 3º da Lei Nº 11.326/2006, onde a agricultura familiar não se restringe somente aos “trabalhadores rurais” e pequenos produtores, mas os trabalhadores extrativistas e pescadores artesanais.

De acordo com Grossi e Marques (2010), o Censo Agropecuário 2006, realizada através da parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e o MDA, mostra o resultado da pesquisa segundo a classificação da Agricultura Familiar com alguns itens: os estabelecimentos agropecuários recenseados; os Indicadores de produtividade e a participação na produção conforme as tabelas a seguir:

Tabela 1: **Caracterização dos estabelecimentos agropecuários, de acordo com a classificação de agricultura familiar, segundo o Censo Agropecuário 2006.**

Características	Agricultura Familiar		Não Familiar	
	Valor	(%)	Valor	(%)
Número de estabelecimentos	4.367.902	84%	807.587	16%
Área (milhões ha)	80,3	24%	249,7	76%
Mão de obra (milhões de pessoas)	12,3	74%	4,2	26%
Valor da produção (R\$ bilhões)	54,4	38%	89,5	62%
Receita (R\$ bilhões)	4,3	34 %	80,5	66%

Fonte: Elaboração por Grossi e Marques (2010)

Observamos na Tabela 1 que dos estabelecimentos agropecuários recenseados em 2006 pelo IBGE, 84% foram classificados como agricultores familiares. Apesar da importância numérica, eles ocupam uma área pouco mais de 80 milhões de hectares, o que equivale a 24% da área dos estabelecimentos. Já os estabelecimentos não familiares, não obstante representarem apenas 16% dos estabelecimentos ocupam 76% dessas áreas. Isso significa uma desigual distribuição no acesso às terras brasileiras, uma vez que, os agricultores familiares produzem bem mais, em um limitado tamanho de áreas/hectares.

Quanto à mão de obra, 74% de agricultores trabalham na produção superando os agricultores não familiares, esse percentual significativo desses produtores no campo, mostra a importância para o desenvolvimento sócio econômico do país, embora o valor da produção e as receitas tiveram um percentual menor do que os agricultores não familiares, mesmo assim, contribuem para a geração de emprego e renda das famílias; ajuda a regular os preços dos alimentos e aumenta a competitividade industrial, haja vista, reduz o custo dos alimentos desses trabalhadores.

Tabela 2: **Indicadores de produtividade segundo a classificação da agricultura familiar, segundo o Censo Agropecuário 2006.**

Indicador	Agricultura familiar	Não familiar
Valor da produção por área (R\$/ha)	677,00	358,00
Pessoas por área (pessoas/100 ha)	15,4	1,7

Fonte: Elaboração por Grossi e Marques (2010).

É perceptível na Tabela 2 que a agricultura familiar tem um melhor aproveitamento na área de produção, gerando uma renda significativa de R\$ 677,00 por hectare, já a não familiar gera um valor de R\$ 358,00 por hectare. Também na ocupação de mão de obra, a agricultura familiar é mais intensiva: ocupa mais de 15 pessoas a cada 100 hectares, enquanto que a não familiar ocupa menos de duas pessoas a cada 100 hectares.

Tabela 3: Participação da agricultura familiar na produção de alguns produtos, segundo a classificação da agricultura familiar, segundo o Censo Agropecuário 2006.

Cultura	Agricultura familiar %	Não familiar %
Mandioca	87	13
Feijão	70	30
Milho	46	54
Café	38	62
Arroz	34	66
Trigo	21	79
Soja	16	84
Leite	58	42
Aves	50	50
Suínos	59	41
Bovinos	30	70

Fonte: Elaboração por Grossi e Marques (2010)

Os resultados do Censo Agropecuário (2006) confirmam o quanto é importante a permanência da Agricultura Familiar no País e o incentivo dos órgãos governamentais competentes. Os alimentos da cesta básica do trabalhador brasileiro estão sendo produzidos pelos agricultores familiares abastecendo os produtos de consumo no mercado interno. Na tabela 3 evidencia isto: a produção da mandioca 87%, feijão 70%, rebanho de suínos 59%, as aves 50% e a produção de leite com 58%. O incentivo à comercialização avançou através do Programa de Aquisição de Alimento (PAA), que permite a compra de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar da rede pública de ensino ou outras instituições públicas, abastecida pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Partindo do pressuposto de que a agricultura familiar possui os princípios básicos para a construção de uma sociedade organizada, com suas potencialidades na produção de alimentos, na melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais dentro do círculo familiar e de forma sustentável, vem contrapor ao modelo da agricultura patronal que é voltada absolutamente para o lucro e para a produção de grande escala.

Segundo Blum, (1999) a agricultura patronal tem suas características próprias que distanciam da familiar:

O proprietário, na maioria das vezes, não mora na propriedade. Geralmente, são propriedades de médias a grandes, acima de 200ha; usam alta tecnologia (total mecanização das culturas e uso racional de insumos modernos, com fertilizantes, corretivos, inseticidas, herbicidas, fungicidas, e bom manejo das culturas) e recorrem ao crédito rural para viabilizar o seu sistema produtivo. A renda “provida da atividade agrícola é boa devido à grande escala de produção” (BLUM, 1999, p. 71 *Apud* ALVES e LIMA, 2008).

Na agricultura patronal existe a segregação entre gestão, ou seja, aqueles que administram os lucros e os que trabalham no manuseio da mecanização tecnológica reduzindo assim a mão de obra. A agricultura patronal se especializa na monocultura, em grandes quantidades e, assim, expande e potencializa o lucro.

1.2 DEFINIÇÕES SOBRE A AGRICULTURA ORGÂNICA.

A agricultura orgânica é uma prática utilizada pelos agricultores que se opõem a agricultura convencional, e tem como objetivo gerenciar a produção agrícola com técnicas de cultivo que não utilizam fertilizantes e demais aditivos químicos como os agrotóxicos para a produção de vegetais, frutas e legumes e estimulantes na ração de animais (agropecuária). Essas técnicas visam promover e realçar a preservação do meio ambiente, da biodiversidade, os ciclos e as atividades biológicas do solo. A agricultura orgânica enfatiza o uso de práticas de manejo em oposição ao uso de elementos estranhos ao meio rural. Isso abrange, sempre que possível, a administração de conhecimentos agronômicos, biológicos e até mesmo mecânicos. (SILVA, 2006)

A agricultura orgânica parte ainda do princípio da não utilização de insumos, que tenham como base recursos naturais não renováveis, ou componentes sintéticos, que causem uma intervenção brusca no equilíbrio do ecossistema, ou seja, nas condições físico-biológicas do solo, da fisiologia das plantas, dos animais e conseqüentemente, do ambiente. Segundo Altieri (2004, p.23), “o objetivo da produção orgânica é trabalhar com, e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas”.

A regulamentação da produção orgânica no Brasil é dada pela instrução Normativa 007/1999, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, que classifica produto orgânico da seguinte forma:

[...] Sistema orgânico de produção agropecuária e industrial todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso dos recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a autossustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados (OGM) ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação [...]
(BRASIL, 1999, p. 1).

Produzir alimentos sem utilizar aditivos químicos com menor impacto nocivo ao meio ambiente é um dos principais objetivos para a implementação de uma economia sustentável e oferta de uma alimentação saudável. A agricultura orgânica é um dos principais métodos para o alcance desses objetivos, que por sua vez, valoriza a saúde humana, visa o desenvolvimento econômico de modo sustentável e além do mais possui produção integrada à flora e fauna no entorno da região cultivada, e também sobre os elementos naturais presentes no meio de produção. Sua estrutura é baseada no aproveitamento dos recursos naturais; reciclagem de recursos; inserção de processos biológicos nos modos de produção; manutenção da biodiversidade; preservação do meio ambiente; desenvolvimento econômico e social e qualidade de vida humana.

A agricultura orgânica tem como ponto base os princípios da agroecologia que se aplicam em seus manejos sem o uso de fertilizantes e reguladores de crescimento de plantas, esses insumos químicos são substituídos por processos biológicos, evita-se também o cultivo por monocultura (plantação de um único gênero agrícola) e incentiva a rotação de cultura (biodiversidade de culturas).

Essas práticas protegem uma determinada plantação do ataque de pragas e de doenças de maneira natural, impedindo também a ocorrência de plantas invasoras. A “Agroecologia é uma ciência para o futuro sustentável”, assim afirma Caporal e Costabeber, (2006),

Agroecologia integra e articula conhecimentos de diferentes ciências, assim como o saber popular, permitindo tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura industrial, como o desenho de novas estratégias para o desenvolvimento rural e de estilos de agriculturas sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar e holística (CAPORAL E COSTABEBER, 2006,p.5)

O entendimento com base nos autores, é que a Agroecologia tem sido reafirmada como uma ciência, ou seja, um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar que apresenta princípios para uma agricultura sustentável e metodologias para o desenvolvimento rural, contrapondo a agricultura convencional.

Com relação aos princípios da agroecologia, através de políticas públicas foi lançada em 2004, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, que tem como um dos seus eixos a adoção dos princípios da Agroecologia nas práticas dos extensionistas rurais. (BRASIL, 2012). Na mesma linha, pode-se citar a criação, em 2004, da Associação Brasileira de Agroecologia, de forma pioneira no mundo, secundada pela criação da Sociedade Latino-Americana de Agroecologia (SOCLA). A experiência da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) no estado do Rio Grande do Sul, assim como a proliferação de cursos de Agroecologia em todo o país, nos últimos anos, inclusive com cursos de Mestrado aprovados pelo Ministério de Educação, são exemplos claros e evidentes deste processo de conhecimento sobre agroecologia.

No mesmo caminho, em 2006, a EMBRAPA disponibiliza seu "Marco de Referência em Agroecologia", orientando as pesquisas neste campo do conhecimento (EMBRAPA, 2006).

Em agosto de 2012, a Presidente da República, Dilma Rousseff, Instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, através do decreto nº 7.794, no Art. 1º diz o seguinte:

Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. (BRASIL, 2012 s/p).

É um avanço de grande relevância a publicação da PNAPO para os agricultores de produtos orgânicos, e também para os consumidores, pois terão a convicção de que os produtos orgânicos são regulamentados, portanto terão que cumprir o que rege o decreto. No referido decreto, no art. 3º estão às diretrizes da PNAPO, que tem como um dos principais requisitos:

Promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional, o direito à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde; da conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção, entre outros. (BRASIL, 2012 s/p).

Com essas ações espera-se reduzir o uso de agrotóxicos e aumentar os índices de conservação da biodiversidade, além de tratar-se de mais um instrumento público que busca construir agenda sustentável para a sociedade brasileira. De acordo com o coordenador-geral de gestão de riscos e Seguro Rural da Secretaria de Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), José Carlos Zukowski, as alterações simplificam e estimulam a comercialização das sementes e mudas, em especial das sementes crioulas, ou seja, sementes conservadas pelos agricultores familiares, adaptadas às suas condições de solo e clima, às suas práticas de manejo e preferências culturais. "A ampliação do acesso a mercados também pode ser um fator positivo na hora de buscar o crédito para a lavoura e o seguro agrícola, que vem junto com o financiamento do Pronaf "(BRASIL, 2012).

O Decreto nº 7.794 prevê a elaboração de um plano com metas e prazos a serem cumpridos pelo governo federal, além de determinar elementos como a concessão de crédito, seguro, assistência técnica e pesquisa para ampliar a oferta dos produtos agroecológicos no Brasil.

A política e suas medidas foram debatidas durante meses entre organizações não-governamentais, movimentos sociais, representantes do setor privado e governo federal. Para elaborar o documento, o governo formou, em 2011, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), compostos pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), Meio Ambiente (MMA), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), além do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o objetivo da nova política é orientar a ação dos agricultores, de modo a produzir alimentos em maior quantidade e qualidade, de forma sustentável, sem agredir a saúde dos consumidores e ao meio ambiente.(BRASIL, 2012).

Tendo em vista os aspectos observados neste capítulo, entende-se que a agricultura familiar tem contribuído de maneira significativa para o desenvolvimento do país, sabendo que esse tipo de agricultura foi oriundo desde de muito tempo e que tem ganhado força nos dias atuais incetivadas pelas políticas públicas do Brasil. Desse modo, entendemos que há um novo modelo de se cultivar a terra e produzir alimentos saudáveis livres de agrotóxicos: A Agricultura orgânica. Faz-se necessário ser tema de discussão pela academia, pelos movimentos sociais para que sejam disseminados entre as pessoas a sensibilizarem em consumir produtos de boa qualidade.

CAPÍTULO II

AS CARACTERÍSTICAS PARA A CERTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS ORGÂNICOS

Nas últimas décadas houve um crescimento considerável na produção orgânica, devido à preocupação da sociedade em consumir alimentos contaminados com produtos químicos e pelos problemas ambientais causados através da agricultura convencional.

Foi a partir dos anos 1980 que os produtos orgânicos inseriram no mercado nacional, nas diversas redes de supermercados, com mais intensidade nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Os agricultores queriam disseminar sua marca como “Produtores Orgânicos” e o consumidor, a convicção de está consumindo produtos saudáveis.

Neste capítulo, priorizou-se a discussão em torno das definições de certificação através do referencial teórico, os processos, as normas e padrões para qualidade orgânica.

2.1 DEFINIÇÕES SOBRE CERTIFICAÇÃO.

A certificação de produtos orgânicos é uma maneira de mostrar aos consumidores a verdadeira origem de seus produtos, ou seja, informar através de um certificado que são alimentos sem nenhum tipo de contaminação e que seguem as Normas e Padrões para Qualidade Orgânica (BRASIL, 1999). As definições de alguns autores sobre o conceito da certificação são basicamente similares. Para Oltramari, (2002), “A certificação é uma prática que surgiu da necessidade de se identificar a procedência e o processamento de alimento orgânico, permitindo ao agricultor agregação de valor à produção e ao consumidor mais confiança em relação ao produto” (OLTRAMARI et al., 2002, p.9).

Na opinião de Campanhola & Valarini (2001 p. 77), a certificação de produtos orgânicos objetiva alcançar credibilidade e conferir maior transparência às práticas e aos princípios utilizados na produção orgânica.

É de grande relevância para o agricultor adquirir a certificação, uma vez que, com o selo de qualidade, seus produtos terão um diferencial de mercado, pois assegura ao consumidor que o produto que ele está adquirindo é isento de

contaminação química e, além disso, estará respeitando o meio ambiente e a saúde de seus consumidores. Em consonância com Darolt (*apud* ARAÚJO; PAIVA, 2007) afirma que:

A certificação é um processo de inspeção das propriedades agrícolas, realizado com uma periodicidade que varia de dois a seis meses, para verificar se o alimento orgânico está sendo cultivado e processado de acordo com as normas de produção orgânicas. O foco da inspeção não é o produto, mas a terra e o processo de produção. Assim, uma vez credenciada, a propriedade pode gerar vários produtos certificados, que irão receber um selo de qualidade. (DAROLT 2005, p.4, *apud* ARAÚJO E PAIVA, 2007).

É pertinente ressaltar que a fiscalização nas áreas de cultivo orgânico é um dos procedimentos que as certificadoras utilizam para acompanhar o processo de produção, e desse modo alcançar a garantia da veracidade através do selo de qualidade.

Segundo Instituto Biodinâmico (2012), para que a certificação seja concretizada é necessário adotar algumas práticas agrícolas no Sistema Produtivo. De início precisa-se desintoxicar o solo utilizando o adubo orgânico e não usar o químico e agrotóxico; fazer a recomposição das matas ciliares; devem-se preservar as espécies nativas e dos mananciais; respeitar às normas sociais baseadas nos acordos internacionais do trabalho; e o produtor deverá se envolver com projetos sociais e com a preservação do meio ambiente (IBD, 2012).

Os produtores que optaram pela prática de cultivar orgânicos estão preocupados não somente em consumir e comercializar alimentos saudáveis, mas também em preservar o ecossistema, uma vez que, a agricultura “moderna” utiliza agrotóxicos que tem efeitos danosos ao meio ambiente, através do desequilíbrio e degradação dos recursos naturais e ao próprio ser humano ingerindo esses produtos contaminados com os agrotóxicos. Dessa forma, observa-se que para cultivar orgânicos é preciso desintoxicar o solo e seus componentes e seguir todo um processo normativo para daí conseguir o selo de produtos orgânicos.

2.2 OS PROCESSOS PARA CERTIFICAÇÃO.

Os procedimentos de certificação são feitos através das normas e determinações dos órgãos competentes. Esse processo surgiu na década de 1970, com as Organizações Não Governamentais (ONG), pelos movimentos de agricultores. Esses agricultores, preocupados em garantir seus produtos no mercado e por não ter um regulamento no Brasil, foram credenciados e auditados pela INFOAM – Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica.

Segundo o Planeta Orgânico (2008), esta Federação foi à primeira organização certificadora em emitir certificados mundialmente, fornecendo padrões de legislações sobre produtos orgânicos em vários países. No Brasil, a certificação dos produtos orgânicos iniciou através de uma cooperativa denominada Coolméia no Rio Grande do Sul, em seguida foi a Associação de Agricultores Biológicos (ABIO) no Rio de Janeiro, estas foram os primeiros a criarem as normas para credenciamento de propriedade (PLANETA ORGÂNICO, 2008). O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estabelece a Instrução Normativa de Nº 007 em maio de 1999 que dispõe sobre "as normas de produção, tipificação, processamento, distribuição, identificação e certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal" (BRASIL, 1999).

A partir dessa Normativa, muitas certificadoras inseriram no mercado nacional, as principais são: Instituto Biodinâmico (IBD), Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e a Fundação Mokiti Okada (MAO), todas elas credenciada pela Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica (INFOAM).

Em conformidade com Pinto e Prada (2000), a certificação tem sua evolução oriunda dos movimentos ambientalistas e da consciência das pessoas que perceberam que a agricultura convencional gera impactos negativos sobre os recursos naturais, sobre o meio ambiente e a qualidade de vida dos trabalhadores, desse modo, houve pressão para que o meio produtivo pudesse propiciar sistema de produção justa e ecologicamente correta.

É notório o crescimento de produtores orgânicos no Brasil, segundo Terrazzan e Valarini (2009), classificam em dois grupos: os pequenos produtores vinculados as associações ou cooperativas que representa 90% do total de agricultores e os grandes produtores empresariais ligados as empresas privadas representando somente 10% desses produtores.

Em virtude dessa diversidade, a legislação brasileira regulamenta os “Mecanismos de Controle para a Garantia da qualidade orgânica”, conforme publicação da Lei nº 10.831 de 2003 e do decreto nº 6.323 em 2007 sobre a consolidação do marco legal brasileiro para a agricultura orgânica. A produção orgânica passou a ser definida por três processos de certificação que pode contemplar os produtores orgânicos. (BRASIL, 2008, s/p)

A Primeira denominada como **Certificação por Auditoria**: os produtores que pertencem ao grupo de empresários, para ter seus produtos certificados devem passar pelo processo de certificação de auditoria, cuja atividade é feita através de uma empresa certificadora autorizada pelo Ministério da Agricultura e que obedeça aos requisitos técnicos instituídos pela legislação brasileira.

Como se trata de produção para comercialização de grande escala os produtores orgânicos contrata a certificadora de seu interesse e a partir do primeiro contato envia toda documentação necessária, com o comprovante pago da taxa de inscrição proposta pela empresa, e em seguida os técnicos responsáveis vão até a propriedade inspecionar com os seguintes critérios: verificar a situação do solo, se estar de acordo com os padrões de qualidade orgânica; conferir documentos de compra de insumos ou outro material para o manejo agrícola, as instalações e o sistema de controle para a comercialização. Enfim, todo o processo é realizado com muito rigor e competência.

Após a inspeção, da coleta dos dados quantitativos, é elaborado um relatório, enviado à certificadora, que, por sua vez, a submete a avaliação e a concessão do selo de qualidade da referida certificadora. Após contrato firmado entre as partes, por um período determinado. Segundo o Ministério da Agricultura (2008) define os seguintes procedimentos para a certificação auditada:

As Certificadoras por Auditoria atuam comercialmente na prestação de serviços de certificação a produtores individuais e grupos. Têm por obrigação avaliar e garantir a conformidade da produção orgânica sob sua responsabilidade. Devem estar regularmente constituídas para esta atividade e possuir mecanismos de resolução de conflitos, atendimento a denúncias e aplicação de sanções administrativas. Devem manter os clientes atualizados quanto às normas vigentes e realizar visitas programadas e sem aviso prévio às unidades, ao menos uma vez ao ano. (BRASIL, 2008, s/p.)

Dentre as certificadoras auditadas de produtos orgânicos no Brasil a que mais se destaca é a IBD certificações, com sede em Botucatu - São Paulo, desde 1982, atua no mercado brasileiro como também no mercado internacional e segundo

o sitio do Instituto Biodinâmico (2012), a certificadora tem comprometimento com o produtor orgânico, com a terra, assegurando o respeito ao meio ambiente, boas condições de trabalho e produtos altamente confiáveis. “Durante todo o trajeto de certificações já foram atendidos mais de 5.000 produtores e empresas, alcançando área total de 520.000 hectares em cultivo, e 3.000.000 há em manejo extrativista”. (IBD, 2012). A Figura 1 mostra o selo do Instituto Biodinâmico que deve constar no rótulo dos produtos certificado por auditoria.

Figura 1 - **Selo de qualidade do Instituto Biodinâmico.**



Fonte: IBD, 2012

O segundo processo de certificação é a do **Sistema Participativo de Garantia**, caracteriza-se pelo Controle Social e responsabilidade solidária, formado por grupos de produtores, fornecedores, comercializadores e colaboradores que trabalham comprometidos com a coletividade e tem como objetivo trabalhar em solidariedade e cumprir aos regulamentos técnicos da produção orgânica.

Para intensificar mais a regulamentação foi publicado a Instrução Normativa de Nº 46, de 06 de outubro de 2011 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no qual estabelece e define os Regulamentos Técnicos para o Sistema Orgânico. No Artigo 3º, incisos V, define que:

Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica - OAC: instituição que avalia, verifica e atesta que produtos ou estabelecimentos produtores ou comerciais atendam ao disposto no regulamento da produção orgânica, podendo ser um certificador ou Organismo Participativo de avaliação da Conformidade Orgânica- OPAC. (BRASIL, 2011 s/p).

Fica evidente a importância do Organismo de Avaliação da Conformidade Orgânica para a certificação participativa, pois inspeciona a produção de acordo com o que rege o regulamento.

De acordo com Ministério da Agricultura (2008), foi publicada uma cartilha informativa com base na lei nº 10.831/2003 e o Decreto nº 6.323/2007, e teve como propósito orientar os produtores orgânicos a entender como funciona o Sistema Participativo de Garantia (SPG), cuja definição é organizada por pessoas físicas (os produtores) e jurídicas, composta pelos membros do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), onde tem a função de representar legalmente o Sistema, perante os órgãos competentes, inspecionar os produtos e estabelecimentos comerciais, verificar se estão atendendo as exigências do regulamento da produção orgânica e autorizar a utilização do Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG), (BRASIL, 2008).

Conforme entrevista concedida a Revista Galileu, o engenheiro agrônomo Laércio Meireles (2012) afirma que contribuiu para inserir no Sistema Participativo de Garantia, a Lei dos orgânicos e, que atualmente, existem registrados no Ministério da Agricultura, quatro OPAC, dentre eles, está a Rede Ecovida:

Em vez de dependerem de grandes auditorias, os agricultores da Rede Ecovida de Agroecologia conseguem seus selos de alimento orgânico fiscalizando uns aos outros. É um processo baseado em confiança, sem hierarquia e potencialmente econômico, enquanto a certificação por auditoria chega a R\$ 3 mil anuais por agricultor, à participativa fica na média de R\$ 80,00. (MEIRELES, 2012 s/p).

Os quatro Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC) são: Associação Ecovida de Certificação Participativa, está localizada no Município de Dom Pedro de Alcântara - Rio Grande do Sul; Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – (ABIO), localizado em Niterói – Rio de Janeiro; Associação da Agricultura Natural de Campinas e Região - (ANC), localizada em Campinas - São Paulo e Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica – (ABD), localizada em Botucatu – São Paulo.

Percebe-se que as organizações para a certificação participativas estão todas concentradas nas regiões Sul e Sudeste do País, isto significa a deficiência de mais organizações em outras regiões como, por exemplo, o Nordeste. Isto acontece por que falta interesse por parte dos governantes em apoiar os produtores orgânicos para fundar uma Associação de Certificação Participativa, onde teria um custo

menor do que a auditada. Para os produtores, exemplo da Bahia, adquirirem o selo Orgânico seja por auditoria ou participativa precisa se cadastrar nas empresas certificadoras ou nas OPAC citados. Esses produtores conhecidos também como fornecedores, necessitam informar todas as solicitações feitas pelo Organismo de Conformidade cumprindo todas as suas exigências. O produto orgânico que for certificado pelo processo participativo ou por auditoria deve constar no rótulo o selo do SISORG, como mostra a figura 2:

Figura 2 – Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica.



Fonte: BRASIL, 2012

Vale ressaltar que tanto a Certificação por Auditoria como a Certificação por um Sistema Participativo de Garantia, obtém o selo através do SISORG. O selo é afixado no rótulo ou na embalagem do produto, e o procedimento acontece mediante autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgão que acompanha, fiscaliza e credencia os organismos de certificação da produção orgânica. As empresas certificadoras deverão ser credenciadas também pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) o qual assegura por escrito que os produtos orgânicos seguem as normas estabelecidas pelos mesmos e estão habilitadas a serem comercializadas sem nenhum risco à saúde. (BRASIL, 2008).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), cadastrou os produtores orgânicos de todo o Brasil, com a listagem dos organismos que controlam a qualidade orgânica e as organizações de Controle Social. Entretanto, no Quadro 1 consta somente o cadastro dos produtores orgânicos na Bahia.

Quadro 1 - Cadastro dos produtores orgânicos da Bahia.

Produtor	Município	Organismo	Produção
Assoc. Biod. dos Agricultores/as de Ibicoara	Bonito	IBD Certificações LTDA	Produção primária vegetal
Barry Callebaut Brasil Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.	Ilhéus	IBD Certificações LTDA	Produção primária vegetal. Processamento de produtos de origem vegetal.
COOAP- Cooperativa Organica Agroindustrial de Apuarema	Apuarema	IBD Certificações LTDA	Produção primária vegetal. Processamento de produtos de origem vegetal.
Coop. dos Produtores Org. do Sul da Bahia – CABRUCA	Ilhéus	IBD Certificações LTDA	Produção primária vegetal.
Cooperativa Agrícola Mista do Projeto Onça	Taperoá	IBD Certificações LTDA	Produção primária vegetal. Processamento de produtos de origem vegetal.
Cooperbio - Cooperativa de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos da Chapada Diamantina	Seabra	IBD Certificações LTDA	Processamento de produtos de origem vegetal.
Fazenda Vaccaro Ltda	Rio de Contas	IBD Certificações LTDA	Produção primária vegetal. Processamento de produtos de origem vegetal.
Conjunto São Pedro - Fazenda Pena de Ouro	Salvador	IBD Certificações LTDA	Processamento de produtos de origem vegetal.

Fonte: BRASIL, 2012.

Observamos no Quadro 1, que no Estado da Bahia, não consta certificação participativa, isto caracteriza centralização das organizações de controle social somente para os produtores do Sul e Sudeste, como já foi citado acima. Os fornecedores cadastrados no Ministério da Agricultura adquiriram o selo através da IBD Certificações, onde a produção é primária vegetal e por processamento de origem vegetal que por sua vez, com o selo podem ser comercializados no mercado interno e externo.

O último processo para certificação consiste na **venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação**, ou seja, sem o selo. O MAPA determina que somente os agricultores familiares poderão ser incluídos nesse processo de certificação: “Os agricultores familiares são os únicos orgânicos autorizados a realizar vendas diretas ao consumidor sem certificação, desde que integrem alguma organização de controle social cadastrada nos órgãos fiscalizadores.” (BRASIL, 2008

s/p).

A legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar. Só poderá ser considerado um produtor orgânico àqueles que se enquadrarem ao Controle Social na Venda Direta, porém, deverá ser cadastrado em órgão fiscalizador oficial. Com “isso, os agricultores familiares passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos” (BRASIL, 2008).

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), classifica o produto orgânico:

Para ser considerado orgânico, o produto deve ser cultivado em um ambiente que considere sustentabilidade social, ambiental e econômica e valorize a cultura das comunidades rurais. A agricultura orgânica não utiliza agrotóxicos, hormônios, drogas veterinárias, adubos químicos, antibióticos ou transgênicos em qualquer fase da produção. (BRASIL, 2008 s/p)

Para os agricultores familiares a garantia da qualidade do produto ou serviço ao consumidor é muito importante, uma vez que, por meio da Organização de Controle Social os custos do processo de manutenção são reduzidos e nada mais do que justo, os produtores que comercializam em grande quantidade possam ter em seus produtos os selos certificados como orgânicos como também os que trabalham na pequena produção possam ter seus produtos reconhecidos com o selo da Agricultura Familiar. Outrossim, o processo produtivo segue os mesmos princípios agroecológicos: respeitando a saúde das pessoas, o uso do solo, da água e dos demais recursos naturais (BRASIL, 2008).

O produtor só poderá comercializar nas feiras livres e/ou para a merenda escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Para os produtores poderem participar é necessário estar vinculado a uma Organização de Controle Social (OCS) e conforme a alínea VIII do Art. 2 do Decreto Nº 6.323/07 essa organização pode ser formada por “grupo, associação, cooperativa ou consórcio vinculado com o agricultor familiar, que deverá ser cadastrado no Ministério de agricultura (BRASIL, 2007).

Para que a sociedade tenha conhecimento de que os agricultores familiares são autorizados a vender sem o selo, é obrigatório que os produtores tenham a Declaração de aptidão ao Pronaf (DAP), que segundo o Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA), “a DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural”. (BRASIL, 2012, s/p).

Após a aquisição da DAP, é necessário assinar um Termo de Compromisso junto com a organização de Controle Social, comprometendo-se a atender os princípios e diretrizes da produção orgânica e participar assiduamente nas reuniões programada pela Organização. Após toda a documentação aprovada, receberão uma Declaração de Cadastro do Ministério Agricultura e o protocolo da Superintendência Federal do Ministério onde deverá ser fixado em um local visível.

No Brasil são várias as organizações de Controle Social com cadastro no Ministério da agricultura dentre elas destacam-se algumas no Nordeste: Grupo de Horticultores da Horta Comunitária Conjunto Nova Vida - Piauí; Associação Agroecológica Sertão do Pajeú (AGROFLOR) – Pernambuco; Associação dos Produtores Familiares Agroecológicos de Sumé (APFA) – Paraíba; Organização de Controle Social dos Produtores Orgânicos do Território Sul Sergipano – Sergipe; Associação Comunitária Construtores da Paz (ACCP) – Ceará e Associação de Produtores e Produtoras da Feira Agroecológica de Mossoró (APROFAM) – Rio Grande do Norte. (BRASIL, 2012). Na Bahia não consta ainda o cadastro de nenhuma organização que possa ter autenticidade dos produtos orgânicos, embora, é sabido que tem muitas organizações de produção orgânica que faltam passar pelo processo de aprovação do MAPA.

Perpassando pelos processos para que o produtor rural seja reconhecido como orgânico, é relevante entender que existem agricultores familiares que não são orgânicos, como também produtores orgânicos que não são agricultores familiares. Partindo desse princípio, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), desenvolveu uma cartilha para orientar os produtores a obter o Selo da Agricultura Familiar podendo ser agricultor orgânico ou não, através da Portaria nº 45 em 28 de julho de 2009. Tem como objetivo reconhecer a produção oriunda da agricultura familiar, promover a inclusão econômica e social dos agricultores através da visibilidade e credibilidade a empresas que comercializam diretamente com esses produtores ou cooperativas, gerando assim emprego e renda no campo (BRASIL, 2009).

Para ter a permissão de usar o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAT), os produtores, ou seja, pessoas físicas devem se cadastrar no (MDA), estar com toda a documentação regularizada inclusive possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf, como também as empresas e cooperativas, (pessoas jurídicas) que utilizam matéria prima da agricultura familiar, mesmo não tendo a DAP podem também se cadastrar no MDA e adquirir o referido selo.

Figura 3 - **Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAT).**



Fonte: BRASIL, 2012)

A Figura 3 mostra o selo da agricultura família, cuja utilização somente será após o envio dos documentos dos produtores (físicas ou jurídicas) para o cadastramento ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. O MDA aprovará ou não em um prazo de até 60 dias, caso o cadastro seja aprovado será publicado no Diário Oficial da União e comunicado aos respectivos produtores, esse selo é válido por cinco anos, podendo ser renovado (BRASIL, 2012).

Foi publicado no sitio do Ministério¹ a lista dos permissionários do Sipat no Brasil. Contudo, no Quadro 2 mostra só os aprovados na Bahia.

¹ www.mda.gov.br/saf, acesso em 17 de dezembro de 2012.

Quadro 2 - Lista dos permissionários do Sipat na Bahia.

Permissionário	Município	Produtos
Ana Gleide de Melo Ramos	Castro Alves	Frango e ovos caipira
Coop. Agropecuária de capela do alto alegre ltda	Capela do Alto Alegre	Leite em pó integral
Coop. Mista agropecuária de baixa grande ltda	Baixa Grande	Leite em pó integral
Coopalm	Itubera	Palmito
Cooperativa dos produtores de amido de mandioca do estado da Bahia	Laje	Amido modificado de mandioca.
Coop. de prod.comerc. e serviços Pe. Leopoldo Garcia	Ichu	Farinha de tapioca; beiju; cocada sequilhos e frutas.
Coop. dos produtos orgânicos e biodinâmicos da Chapada Diamantina	Seabra	Café: grão cru, torrado e moído
Cooperativa agrícola da Bahia	Pilão Arcado	Mel; cana de açúcar; peixes; mamona; gergelim; milho; feijão e ovos.
Coopercuc	Uauá	Doces orgânicos em geral
Copirecê	Irecê	Milho e feijão
Coop. dos produtores rurais da Apa do Pratigi	Nilo Peçanha	Artesanatos e produção a partir da piaçava
Edélcio Costa Lima	Mucugê	Doce de melaço com coco; rapadura; avoador (biscoito); bolo de milho e mandioca;
Geovane Silva Santos	Dário Meira	Polpa de frutas naturais
Wildes Silva Moreira	Mucugê	Rapadura

Fonte: BRASIL, 2012

Aspectos importantes são perceptíveis nos dados do Quadro 2, a maioria dos permissionários do Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar é adquirida através das organizações como as associações e cooperativas, foram poucos os agricultores, em um total de quatro produtores sem estarem inseridos em uma dessas organizações. Embora seja notório afirmar que, diante das diversas cidades que compõem a Bahia, o número de produtores que possui o SIPAF ainda é muito insignificante, pois devido as diversas propagandas anunciadas pelo Governo na mídia sobre a importância da Agricultura familiar no Brasil, especificamente na

Bahia, era para que todos os produtores familiares estivessem com seus selos em seus estabelecimentos comerciais

Partindo desse pressuposto, o principal documento além dos pessoais é a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e para ter acesso, faz-se necessário o produtor se dirigir aos órgãos competentes autorizados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário tais como: Institutos Oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural, por meio de seus escritórios regionais e locais, por exemplo, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Unidades Técnicas; Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), por meio de seus sindicatos e associações filiadas entre outros. Após avaliação técnica e se estiver dentro dos parâmetros que rege as normas da Agricultura Familiar, sem dúvida alguma, esse produtor poderá fazer parte dos agricultores familiares e/ou orgânicos.

2.3 AS NORMAS E PADRÕES PARA QUALIDADE ORGÂNICA.

A regulamentação sistematizada é relevante para definir os padrões de qualidade dos produtos orgânicos, como já foram abordados sobre os processos inerentes ao Sistema de garantia e os temas correlatos, o objetivo desse tópico é discutir a função do Estado na divulgação dessas normas como questão de políticas públicas e assegurar aos produtores maiores esclarecimentos sobre a legislação que determina os procedimentos adotados para essa produção.

Foi a partir de 1999 com a Normativa 007, que o Ministério da Agricultura estabelece e aprova a produção orgânica, esse termo foi utilizado para diferenciar da produção convencional, isto é, sem o processo de inserir no solo e no meio ambiente, produtos químicos que contaminem os seres vivos.

A finalidade de um sistema de produção orgânico segundo a Lei nº 10.831/2003 é a oferta de produtos saudáveis isentos de contaminação; desenvolver a atividade biológica do solo; reciclar resíduos de origem orgânica; preservar as adversidades biológicas dos ecossistemas, entre outros (BRASIL, 2003). E para complementar foi publicado o decreto 6.323/2007, nos quais abordam os conceitos sobre vários aspectos da produção agrícola e pecuária.

Em síntese, pode-se afirmar que a produção orgânica está relacionada à utilização de métodos e técnicas naturais e sustentáveis de forma a evitar quaisquer materiais sintéticos ou geneticamente modificados. No Art. 3º, alínea XI, reforça o objetivo da produção orgânica: “adoção de práticas na unidade de produção que contemplem o uso saudável do solo, da água e do ar, de modo a reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação e desperdícios desses elementos” (BRASIL, 2007).

Para que as unidades de produção estejam aptas a trabalhar na produção orgânica é importante dispor do Plano de Manejo Orgânico (PMO), estabelecida pela Instrução Normativa nº 46/2011, onde no Art. 8º especifica os segmentos adotados desde o período de conversão, ou seja, preparar a terra para o plantio orgânico até a colheita e comercialização. Segundo a Instrução Normativa o plano contempla: “histórico de utilização da terra; manutenção ou incrementos da biodiversidade; conservação do solo e da água; manejos de produção vegetal como fitossanitário, material de propagação, instalações e nutrição.” (BRASIL, 2011)

Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que a certificação para os produtos orgânicos seja pelo processo de auditoria, participativa ou venda direta ao consumidor é imprescindível para o consumidor ter a certeza de que os produtos comprados são saudáveis, levando em consideração as Normas e Padrões para Qualidade Orgânica estabelecida pela legislação brasileira, bem como os aspectos ambientais, econômicos e sociais, indubitavelmente, a sociedade e o meio ambiente lucrarão com uma melhor qualidade de vida.

CAPÍTULO III

AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA EM JACOBINA: UMA CERTIFICAÇÃO EM CURSO

Este capítulo tem como escopo a discussão e apresentação dos resultados dos dados obtidos na pesquisa de campo enfocando inicialmente um breve histórico e a localização do município onde foi realizada a pesquisa, bem como as características da Associação dos Produtores Agroecológica de Jacobina.

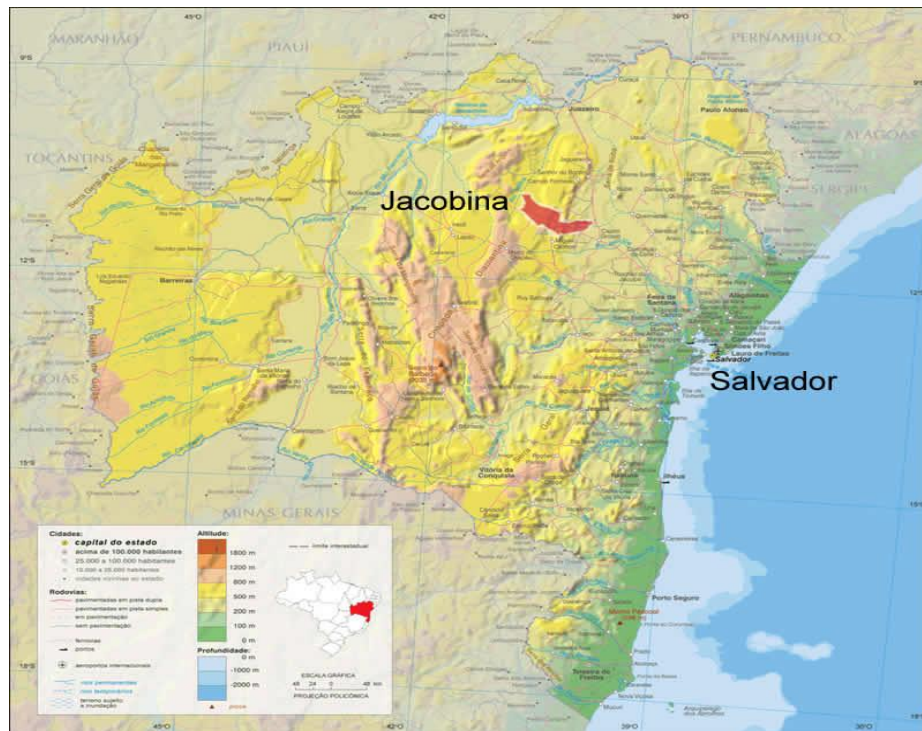
Pretendemos demonstrar os desafios enfrentados pelos agricultores familiares no que se refere à certificação dos produtos orgânicos, identificando a melhor forma dos agricultores se adequarem à regulamentação para poderem comercializar e buscando entender a importância da valorização dos seus produtos,

Apresentaremos o perfil sociocultural e econômico dos sujeitos e o modelo de organização, produção e comercialização utilizadas por estes agricultores, abordando também os efeitos positivos em produzir e comercializar esses produtos.

3.1 JACOBINA: LOCALIZAÇÃO E BREVE HISTÓRICO

Para a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI e a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC (2011), Jacobina é um Município brasileiro, situado na região noroeste do Estado da Bahia, possui uma área de 2.360 km², estando a uma altitude média de 463 metros, com as coordenadas geográficas -11°10'50" Sul e 40°31'06" Oeste, fica a 330 quilômetros de Salvador capital do Estado. Sua população estimada em 2010 é de 79.247 habitantes. (IBGE-CENSO 2010).

Mapa 1 – Localização do Município de Jacobina



Fonte: Google, 2013

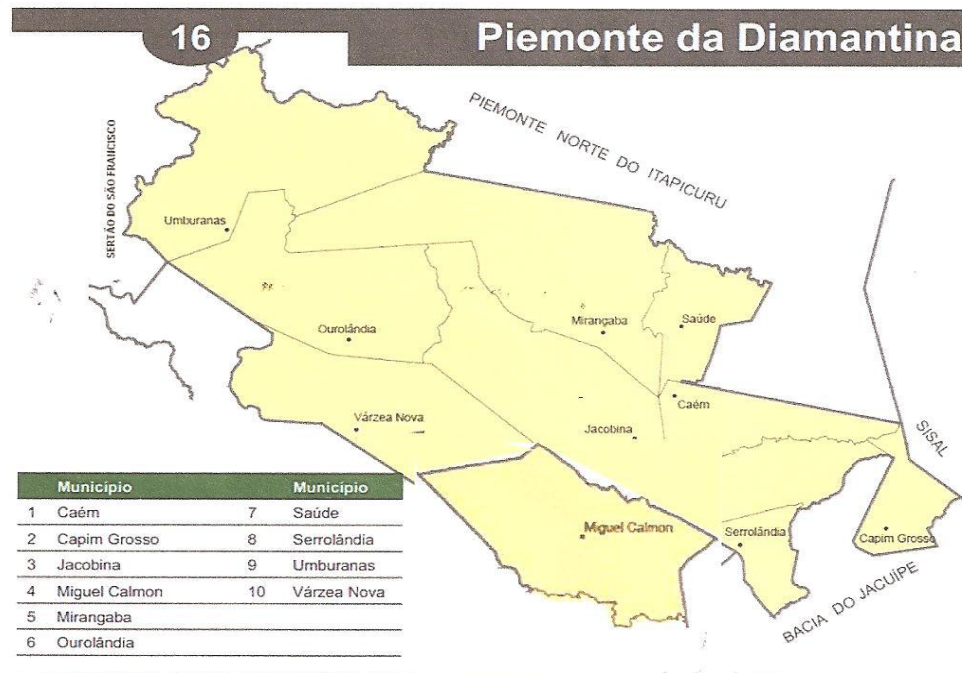
Os Aspectos Fisiográficos do município de Jacobina são de clima semi-árido (seco a subúmido), com diversos tipos de solos tais como: cambissolos eutróficos, latossolos ácricos ou distróficos, nitossolos eutróficos e neossolos litólicos eutróficos. Têm como destaque do relevo as serras, com as baixadas cortadas pela drenagem representada pelos rios Canavieira, do Ouro, Itapicuru-Mirim e Cochó, pertencentes à bacia hidrográfica Itapicuru. Na vegetação destaca-se cerrado arbóreo, cerrado-floresta estacional e caatinga-floresta estacional. No aspecto geológico encontra-se rochas dos tipos: arcóseos, ardósias, arenitos ortoquartzíticos, biotita-gnaisses, conglomerados/brechas, depósitos eluvionares coluvionares, granito-gnaisses e grauvacas. (SEI/SEPLANTEC, 2011).

Jacobina está classificada como região de planejamento do Piemonte da Diamantina, limitando-se a leste com os Municípios de Quixabeira e Serrolândia, a sul com Várzea do Poço e Miguel Calmon, a oeste com Várzea Nova e Ouralândia, e a norte com Mirangaba e Caém. (mapa 2).

O Piemonte da Diamantina economicamente caracteriza-se pela produção agrícola, especialmente a de grãos como o feijão e o milho; pelo comércio varejista;

pela pecuária; com prevalência da criação extensiva de rebanho bovino e caprino e pela mineração do ouro. (SEI/SEPLANTEC, 2011)

Mapa 2 –Piemonte da Diamantina.



Fonte: Conferências Territoriais, 2009.

Como pode ser verificado no mapa 2, a região do Piemonte da Diamantina abrange dez municípios, tendo como pólo a cidade de Jacobina, todos inseridos no “Polígono das Secas”. De acordo com o Serviço Geológico do Brasil (BRASIL, 2005), “o Polígono das Secas apresenta um regime pluviométrico marcado por extrema irregularidade de chuvas, no tempo e no espaço”. O cenário vivido atualmente no Nordeste, especificamente em nossa região é de seca prolongada e seus efeitos trouxeram muitos prejuízos para população, principalmente os agricultores no cultivo de feijão, milho e pecuaristas que teve parte do seu rebanho dizimado com a falta da água e comida, que são as principais fontes de renda desses trabalhadores. (BRASIL, 2005)

Jacobina tem sua história marcada devido as suas jazidas minerais, formando-se uma população heterogênia, uma vez que, convergiram nessa terra os índios, portugueses, escravos, enfim, povoadores brasileiros.

Reiterando Lemos (1995), o primeiro “homem branco” a pisar em terras jacobinense foi o bandeirante Belchior Dias Moréya, o “Muribeca”, por volta do ano

de 1.595, que espalhou a notícia da existência de ouro na região, despertando a cobiça a outros aventureiros. Porém, a exploração do ouro em grande escala, aconteceu por volta de 1652, com a chegada da comitiva de Antônio de Brito Correia e os Guedes de Brito formada por um grande número de colonos e escravos, iniciando assim o povoamento da região. À medida que novos garimpeiros chegavam, eram construídas novas casas à margem do rio Itapicuru-Mirim aumentando a população.

No início do século XVIII, a Vila de Jacobina estendia-se por cerca de 300 léguas, em terras de propriedade da Casa da Ponte, dos Guedes de Brito, abrangendo desde o Rio de Contas e indo até os limites com Sergipe, incluindo também a Cachoeira de Paulo Afonso. A partir de 1848, a notícia da descoberta de diamantes na Chapada Diamantina, determinou o êxodo de grande número de mineiros, o que ocasionou uma certa demora na elevação da Vila à categoria de Cidade, ocorrendo só em 1880, através da Lei Provincial 2.049, assinada por Antonio de Araújo de Aragão Bulcão, presidente da Bahia. (JORNAL O ENCARTE, 2003).

Jacobina tem passado por muitas transformações desde a sua emancipação até os dias de hoje, com o crescimento populacional motivada pelas atividades auríferas, agrícolas e pecuárias modificou-se a paisagem natural com a construção de casas, de novas praças, pavimentações das ruas, canalização de água para as residências, o fornecimento de energia elétrica entre outros. Várias mudanças ocorreram no cenário da paisagem urbana, na forma organizacional e no funcionamento estrutural do espaço urbano transformando os modos de vida da população e o aspecto físico da cidade.

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE JACOBINA E ADJACÊNCIAS

A Agricultura familiar na região de Jacobina se destaca através da produção da cultura de subsistência (milho, feijão, mandioca, banana, Laranja, hortaliças, entre outros), isto proporciona aos pequenos agricultores à possibilidade de manter suas famílias trabalhando no campo, tendo como fator importante a geração de emprego e renda, uma vez que, seus produtos são comercializados nas feiras livres e em quitandas tanto locais como regionais.

Segundo o engenheiro agrônomo Pereira (2011), o Município vem passando por grandes transformações no âmbito da Agricultura Familiar, desde a evolução no tipo de equipamento usado para realizar a irrigação, até a escolha das sementes. Estas alterações têm colaborado para tornar a “agricultura mais moderna, mais competitiva e mais eficiente, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar.”

Pereira (2011) cita alguns exemplos de “atitude moderna” adotadas na região de Jacobina: a utilização de sementes de alho, de tomate e de melancia, livre de vírus fornecida pela Embrapa Hortaliças; os novos cultivares de cebola híbridos que respondem com altas produtividades; a adoção do uso da fertirrigação que contribui com o aumento da produtividade da cultura nos Vales de Caatinga do Moura (Jacobina) e Taquarendi (Mirangaba).

Dados da Pesquisa Agrícola Municipal realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE revela a produção de cultura por Município, bem como suas variáveis conforme Tabela 4. (SEI/SEPLANTEC, 2011)

Tabela 4 – Cultura por Município do ano de 2011 segundo a Pesquisa Agrícola Municipal.

Cultura	Área Plantada	Área Colhida	Quantidade Produzida	Unidade	Valor	Unidade
Alho	6 ha	6 ha	24	t	60,00	R\$ 1.000
Banana	250 ha	250 ha	2.750	t	1.650,00	R\$ 1.000
Batata - doce	6 ha	6 ha	48	t	22,00	R\$ 1.000
Café (em côco)	50 ha	50 ha	24	t	139,00	R\$ 1.000
Cana-de-açúcar	45 ha	45 ha	990	t	128,00	R\$ 1.000
Cebola	25 ha	25 ha	400	t	280,00	R\$ 1.000
Coco-da-baía	22 ha	22 ha	88	1000 Frutos	35,00	R\$ 1.000
Feijão (em grão)	1.400 ha	1.400 ha	196	t	284,00	R\$ 1.000
Goiaba	5 ha	5 ha	90	t	64,00	R\$ 1.000
Laranja	18 ha	18 ha	198	t	83,00	R\$ 1.000
Mamona (baga)	330 ha	330 ha	59	t	29,00	R\$ 1.000
Mandioca	1.400 ha	1.400 ha	18.200	t	3.276,00	R\$ 1.000
Milho (em grão)	1.390 ha	1.390 ha	83	t	33,00	R\$ 1.000
Sisal ou agave (fibra)	13.000 ha	13.000 ha	11.700	t	12.285,00	R\$ 1.000
Tomate	70 ha	70 ha	140	t	95,00	R\$ 1.000

Fonte: SEI/SEPLANTEC, 2011

Percebemos na Tabela 4, que dos produtos apresentados, o cultivo da mandioca no município de Jacobina se destaca com uma produção relevante, no total de 18.200 toneladas produzidas em uma área de 1.400 hectares, enquanto que

o sisal ficando como segundo na produtividade utiliza de uma área bem maior de 13.000 hectares de terra. Isto mostra a importância da agricultura na região e a necessidade de mais incentivos para as demais culturas. Vale ressaltar que outros produtos agrícolas são produzidos no município. No entanto, não consta na tabela, porque a produção é de pequena escala, tais como: hortaliças, pimentão, melão, melancia, acerola, entre outros.

A produção do sisal tem um maior valor agregado e de acordo com Sousa (2012), engenheiro agrônomo e subgerente da EBDA afirma que: “A base econômica do agricultor da região de Jacobina é o sisal, por isso, precisamos investir em capacitações e orientações técnicas, com a finalidade de promover qualidade de vida e acréscimo na renda das famílias”. Ressalta ainda que a meta é atender 1,2 mil agricultores familiares, após a elaboração e o planejamento das ações voltadas para a cadeia do sisal.

Segundo Galo (2012) na comunidade de Caatinga do Moura, Distrito de Jacobina, existe a produção de alho e a fabricação de doces de banana, marmelo e goiaba que são comercializados, além da microrregião, na capital Salvador, em São Paulo e no Distrito Federal. As fábricas empregam diretamente mais de 500 pessoas, produz em média de 2,5 mil kg de doce semanal. Todas juntos perfazem o total de 160 toneladas mensalmente, resultando numa cifra média de R\$ 200 mil.

O proprietário da fábrica de doces Kelly Jan, o Sr. Joilson Carneiro, afirma que o investimento em tecnologia é o que tem possibilitado a entrada dos doces de Caatinga do Moura em outros mercados, mas a falta de integração dos produtores tem impedido vãos mais altos. “Hoje a nossa preocupação é no sentido do fortalecimento de toda cadeia produtiva dos doces. Precisamos nos adequar as normas do mercado, relacionadas com as questões de saúde pública, como determina a lei e para isto o melhor é a união”. (VIDA NO CAMPO ONLINE, 2012)

Em Caatinga do Moura, os agricultores tem conseguido fazer parceira com empresas do setor alimentício, para comercializar e divulgar seus produtos além do comércio local. Empresas que compram os produtos e acabam levando os doces da comunidade a outras regiões. Apesar do Distrito ser um grande produtor de goiaba, banana e marmelo, a produção não tem sido suficiente para atender a demanda das fábricas de doces. Muitos dos empresários têm buscado as frutas nos municípios de abrangência do Piemonte da Diamantina, a exemplo de Mirangaba e até outros estados do Nordeste. (GALLO, 2012).

A agricultura familiar é responsável pelo crescimento econômico na região, mas ainda está incipiente sua expansão, uma vez que, desde o ano de 2011 até os dias atuais os agricultores estão passando por uma longa estiagem e com isso a produção diminuiu por falta de água e comida para o rebanho. Buscamos informações na Prefeitura Municipal de Jacobina mais precisamente na Secretaria de Educação sobre a compra da Merenda Escolar da Agricultura Familiar, porém não tivemos êxito, conforme determina a Lei Nº 11.947, sancionada em junho de 2009, pelo qual estabelece que no mínimo 30% da merenda escolar sejam compradas diretamente dos agricultores familiares, sem licitação. Recursos esses são provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que por sua vez abrange todas as escolas públicas e filantrópicas do país. (BRASIL, 2009).

Faz-se necessário que os órgãos competentes estabeleçam mais projetos de desenvolvimento municipal ou mesmo regional, baseado na agricultura familiar sustentável para poder amenizar os efeitos que a seca está causando. Incentivar à agricultura e dinamizar o desenvolvimento nos outros setores econômicos. É o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural, que viabiliza e sustenta o desenvolvimento do setor urbano. É também a base para o fortalecimento da sociedade civil na zona rural. Somente a agricultura familiar pode formar uma grande rede das mais diversas formas associativas que irá consolidar a democratização e a participação da população rural, construindo cidadania no campo.

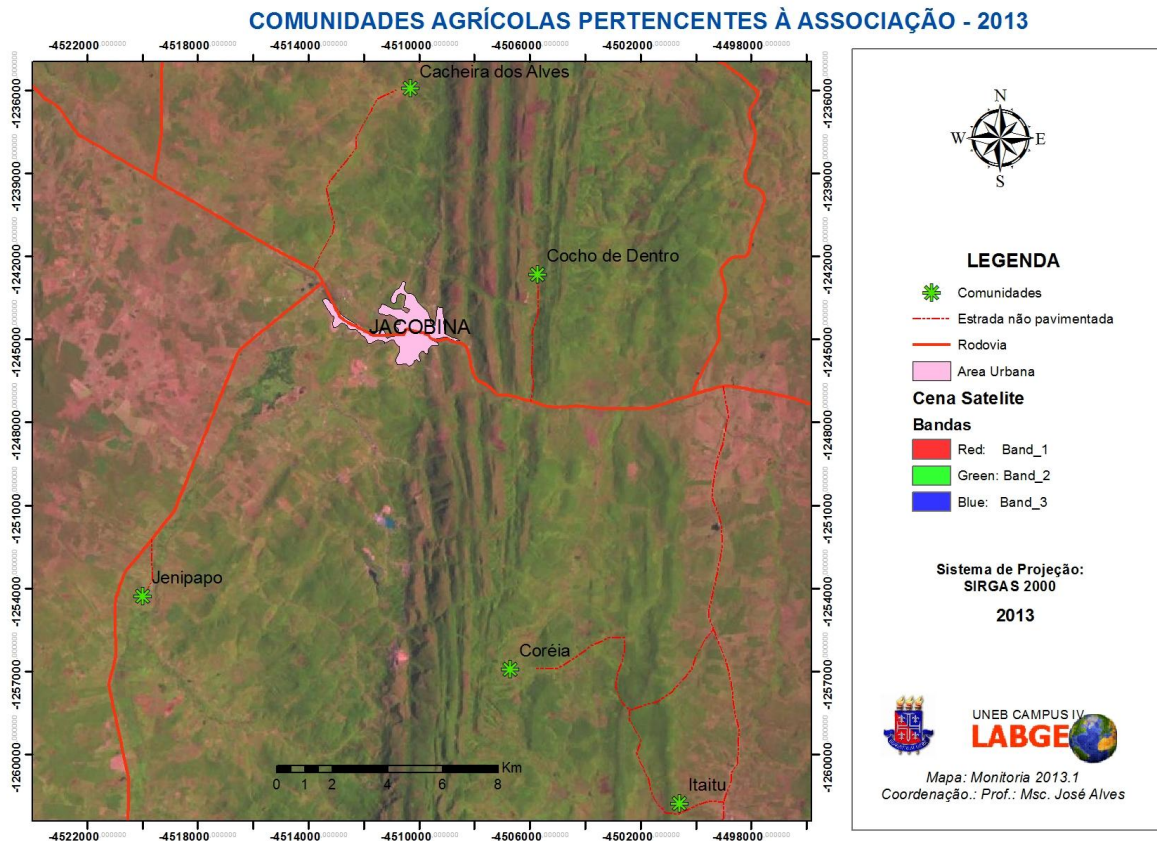
3.3 CARACTERÍSTICAS DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES AGROECOLÓGICA DE JACOBINA

A Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológica de Jacobina - APAEJ é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 2003 em Jacobina, regida pelo Estatuto Social registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das pessoas Jurídicas da Comarca de Jacobina no Estado da Bahia. Sua sede fica localizada no interior do Mercado Velho (antiga feira livre) Box 29 e Box 30 situada a Praça Getúlio Vargas centro de Jacobina.

A Associação nasceu da necessidade dos pequenos produtores das comunidades de Cocho de Dentro, Coréia, Itaitu, Cachoeira dos Alves e Genipapo

todas no município de Jacobina, que buscavam organizar a produção e a comercialização de seus produtos, uma vez que, esses produtores já estavam sensibilizados para a produção sem o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, mas não conheciam as práticas orgânicas de produção.

Mapa 3 - Localização das comunidades pertencentes à APAEJ



Elaborado por: LABGEO – Campus IV, 2013.

Fonte: LABGEO

A Associação, no seu Estatuto Social (2003). Art. 4 tem como objetivo social os seguintes itens:

I – A agricultura de produtos cultivados sem qualquer tipo de adubos defensivos ou aditivos químicos; II - Respeitar a natureza, utilizando métodos de agricultura de forma que não agrida o meio ambiente, preservando o solo, a água e o ar; III – Tratar as plantas e os animais com amor e carinho, bem como os alimentos prontos, semi-prontos ou industrializados, para que o consumidor, além da energia material, receba também a energia espiritual vital para a verdadeira saúde; IV – Colocar em primeiro lugar a saúde e o bem estar do ser humano, nunca o lado financeiro, pois este será conseqüência daqueles. V – Divulgar os métodos da agricultura orgânica e os produtos por este sistema produzidos. VI – Divulgar, incentivar e intermediar os agricultores produtores da agricultura orgânica tanto na produção como na comercialização; VII – Certificar nos moldes permitidos por lei, os produtos da agricultura orgânica e ou receber

certificação de empresa idônea autorizada para esse fim; VIII – Registrar as experiências observadas pelo sistema da agricultura orgânica; IX – Criar banco de sementes naturais para a preservação das espécies; X – Incentivar e desenvolver o turismo da agricultura orgânica; e XI – Criar escolas para ensinar a prática da Agricultura orgânica. (ESTATUTO SOCIAL, 2003 p.1)

O funcionamento da associação está baseado no cumprimento de seus objetivos citados acima e de seu regimento interno que traz regras de convivência e de produção construídos pelos sócios que são em um universo de 30 agricultores orgânicos. Os agricultores somente poderão ser sócios e considerados produtores orgânicos se enquadrarem nas normas de seu regimento.

O processo de articulação e animação das famílias para a organização da feira, denominada “Feira Orgânica de Jacobina” situada na Praça Getúlio Vargas foi realizado pela Cooperativa de Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (COFASPI) e pelo Movimento de Organização Comunitária. (MOC). Essas entidades auxiliaram os produtores com a logística para a elaboração do Estatuto, orientações sobre assistência técnica.

Foto 1 – Feira Orgânica de Jacobina na Praça Getúlio Vargas



Foto: BRASILEIRO.M, 2012

A “feirinha” como é conhecida pelos seus consumidores, é comercializada nas quartas e sextas-feiras. Segundo o Presidente da Associação e agricultor orgânico, o Senhor Zacarias Coutinho (2012) a relação com os consumidores é muito agradável, “a gente sente a satisfação de ver sempre os fregueses comprando, sinto meu trabalho reconhecido sendo de qualidade” (PESQUISA DE CAMPO, 2012)

É pertinente ressaltar que a feira orgânica surgiu para proporcionar aos produtores o reconhecimento do seu trabalho e sensibilizar os que não concordam com essa prática, de que é viável cultivar seus produtos sem adubos químicos e comercializar em um espaço próprio.

3.4 RESULTADO E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

Com a finalidade de averiguar de que forma os produtores da agricultura familiar orgânica de Jacobina, vem se organizando para adquirir a certificação e diagnosticar os desafios enfrentados pelos mesmos, foi realizada uma pesquisa de campo, através de instrumentos de coleta de dados em forma de formulário no período de 12 a 22 de setembro de 2012, com os 30 produtores das comunidades de Cachoeira dos Alves, Coréia, Cocho de Dentro, Genipapo e Itaitu, sendo todos integrantes da Associação dos Produtores Agroecológica de Jacobina.

Foram distribuídos 30 formulários com perguntas fechadas de múltiplas escolhas e também abertas de modo participativo para os produtores, englobando aspectos como: perfil sociocultural e econômico dos agricultores; certificação e modelo de produção e comercialização.

Inicialmente foi feita a apresentação da pesquisadora, explicando para esses agricultores o objetivo da pesquisa e sua importância, os mesmos foram bem receptivos, somente no momento de assinar no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, alguns questionaram o porquê da assinatura, no entanto foi bem argumentado a necessidade de se obter a assinatura e todos entenderam. Em seguida foi proposta aos mesmos que após os resultados obtidos e avaliação da pesquisa serão divulgados para todos os participantes.

3.4.1 PERFIL SOCIOCULTURAL E ECONÔMICO DOS AGRICULTORES ORGÂNICOS DE JACOBINA

A caracterização do perfil sociocultural e econômico dos agricultores de Jacobina possibilita o entendimento da estrutura ligada à agricultura orgânica familiar. No primeiro quesito do formulário, percebemos a inserção das mulheres nas atividades orgânicas, onde 70% são mulheres e 30% homens conforme tabela 5.

Tabela 5 – Perfil dos agricultores da Associação Agroecológica de Jacobina segundo o sexo

Sexo	Freqüência	Freqüência relativa %
Masculino	9	30
Feminino	21	70
Total	30	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2012

As mulheres da Associação também tem se destacado na produção e na comercialização dos produtos orgânicos, essas atividades desempenhadas estão ligadas ao gerenciamento da propriedade, ao sustento da família, como também, da sua própria auto-estima. Referente o estado civil dos sujeitos da pesquisa 57% disseram que são casados, 33% solteiros e 10% estão como outros, que se referem às viúvos (as) e divorciados (as).

Tabela 6 – Perfil dos agricultores da Associação Agroecológica de Jacobina segundo a faixa etária

Idade	Freqüência	Freqüência relativa %
até 25	3	10
26 a 35	5	17
35 a 45	15	50
46 a 55	3	10
56 a 65	3	10
>65	1	3
Total	30	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2012

Os agricultores são relativamente jovens, onde 50% da faixa etária estão entre 35 a 45 anos. Quanto à escolaridade, a maioria disse ter somente o ensino fundamental com 57%, ficando o ensino médio com 33%, o ensino superior incompleto 7% e não alfabetizado com 3% do total pesquisado. Referente ao

número de pessoas no núcleo familiar, os que convivem com 3 pessoas apresentaram 47%, os que convivem com 4 pessoas somente 13% , ficando empatados com 20% os que moram com 5 e os que convive com 6 pessoas.

Tabela 7 – **Perfil dos agricultores da Associação Agroecológica de Jacobina segundo a renda familiar mensal**

Renda familiar mensal	Frequência	Frequência relativa %
Menos de 1 salário mínimo	5	17
Um salário mínimo	15	50
Dois salários mínimos	8	26
Acima de 2 salários	2	7
Total	30	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2012

Percebemos que a renda familiar dos produtores da associação está na faixa de família de baixa renda, apresentando que 50% desses agricultores ganham um salário mínimo, 17% disseram que ganham menos de um salário, 26% que ganham 2 salários e somente 7% afirmaram sua renda acima de 2 salários. Além da renda mensal mencionada acima, 40% das famílias afirmaram que recebem benefícios do Governo Federal, como exemplo, “Bolsa Família”, 24% estão distribuídos entre aposentadoria e pensionista; 36% trabalham no comércio local exemplo de quitandas.

Quanto ao acesso às instituições financeiras 60% disseram que já adquiriram empréstimo no Banco do Nordeste e na Cooperativa de Crédito Ascoob Credimonte através do microcrédito e Pronaf e 40% informaram que ainda não trabalham com instituições financeiras. Nas comunidades pesquisadas, todos os produtores disseram que participam assiduamente das reuniões, uma vez por mês, na sede da Associação e estão inseridos nos movimentos sociais, eventos religiosos e sindicatos.

Os dados obtidos na pesquisa sobre as características do perfil sociocultural e econômico dos agricultores é perceptível a inclusão das mulheres no trabalho da agricultura orgânica e essa realidade tem mudado significativamente a cultura dessas agricultoras, pois, tempos atrás, o homem era responsável pelas atividades agrícolas e o papel da mulher era cuidar da casa e dos filhos, principalmente na zona rural. Nos dias atuais a mulher tem conseguido seus direitos de igualdade e poder.

Segundo Deere e León *apud* Caumo (2010 p.14), “o empoderamento acontece quando a mulher começa a dividir as responsabilidades que anteriormente era exclusiva do homem (titular) para o sustento da família”.

A pesquisa mostra que a renda familiar desses produtores, onde 50% ganha um salário mínimo, sabendo que a maioria são mulheres, isto significa que a inserção dessas agricultoras nessa nova atividade: produzir e comercializar produtos orgânicos tem ajudado nas despesas da família.

Em síntese, o perfil está relacionado ao pequeno agricultor familiar, normalmente caracterizado com baixo índice de escolaridade. Além disso, o fator cultural também influencia, pois, não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos.

Foto 2 – **Agricultora no plantio de beterraba na comunidade de Coréia**

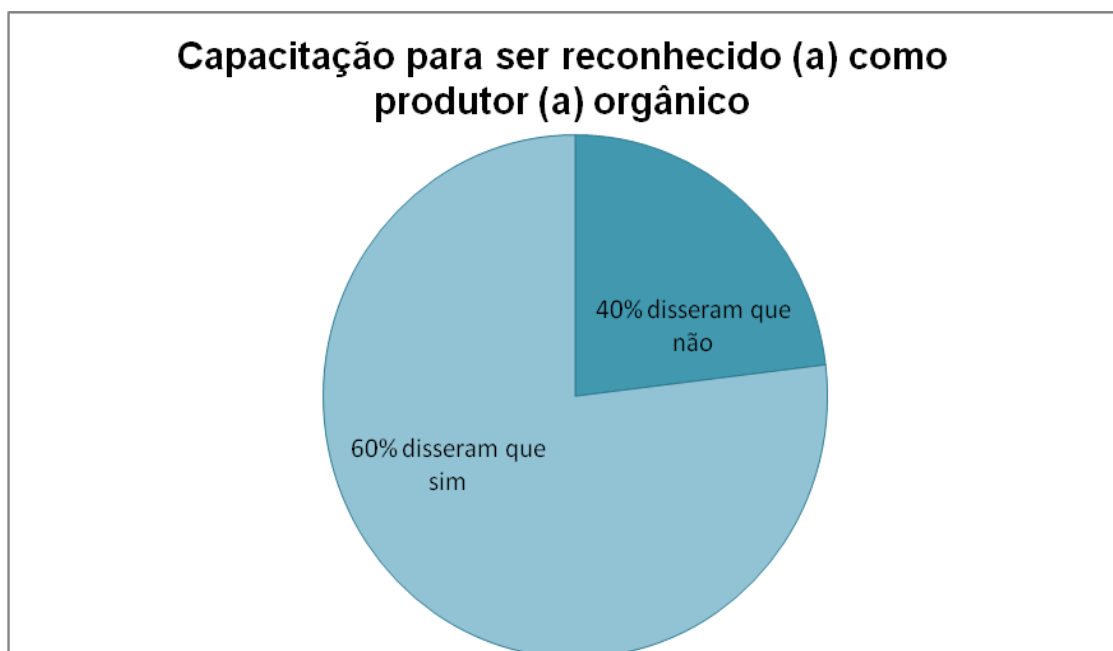


Foto: BRASILEIRO.M.2012

3.4.2 OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES PARA ADQUIRIR A CERTIFICAÇÃO.

No segundo bloco de questões sobre a certificação, 60% dos produtores disseram que para ser reconhecido como produtores orgânicos foram capacitados através de um curso de agroecologia ministrado pelo Engenheiro agrônomo Daniel Dourado da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI), no período de 27 de setembro a 01 de outubro de 2004 com duração de 40 horas e com direito ao certificado. O curso teve como temática os seguintes tópicos: o manejo ecológico do solo; práticas que acusam destruição do solo; práticas que conservam o solo; práticas que enriquecem o solo: adubação orgânica, adubação verde. Dos agricultores, 40% que não participaram do curso, disseram ter aprendido a trabalhar com a produção orgânica através das reuniões na associação.

Gráfico 1



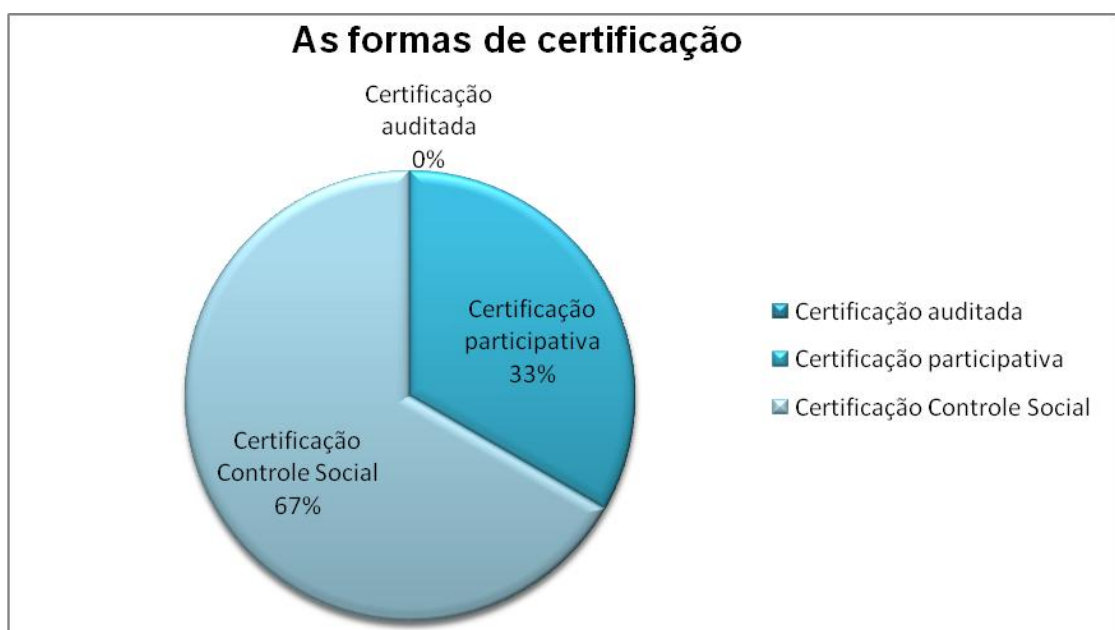
Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

No quesito de número 13 do formulário, que se refere à visita dos técnicos dos órgãos competentes à propriedade dos produtores, ou seja, do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (MAPA) ou do Ministério do Desenvolvimento

Agrário (MDA), foram unânimes na resposta, de que ainda não receberam nenhum técnico.

Os produtores têm conhecimentos dos tipos de certificação que regulamenta a lei da agricultura orgânica de nº 10.831/2003 conforme Gráfico 2. Onde 67% marcaram que eles se enquadram no Sistema de Controle Social para a venda direta sem certificação, e 33% no Sistema Participativo de Garantia, porém o que eles não sabem é como proceder para realizar esse processo de certificação.

Gráfico 2

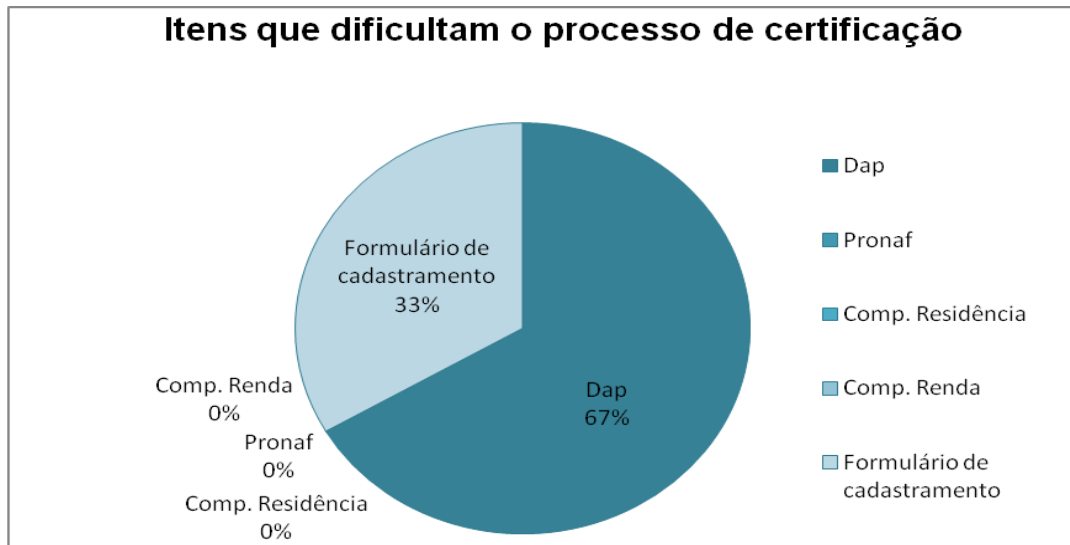


Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Com referência as Normas e Técnicas para a certificação dos produtos orgânicos, 70% dos agricultores pesquisados informaram que conhece, e os 30% não conhece os normativos.

Todos os pesquisados afirmaram não se enquadrar na certificação auditada, uma vez que, tanto a taxa de inscrição e o custo para adquirir o selo são muito elevados e inviáveis para os pequenos produtores orgânicos.

Gráfico 3

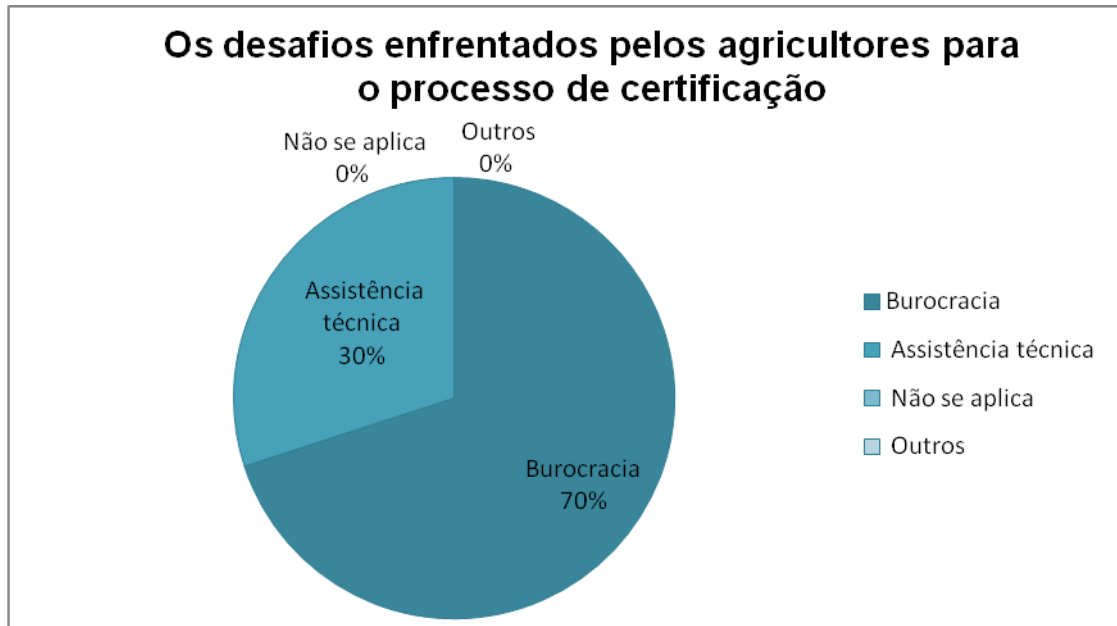


Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Conforme se pode observar no Gráfico nº 3, os itens que estão dificultando o processo para a aquisição da certificação, segundo os produtores, são 67% deles apontaram que a aquisição da DAP- Declaração de Aptidão ao Pronaf está dificultando e, 33% disseram não ter conhecimento do formulário de solicitação de credenciamento do Organismo de Controle Social.

Conforme foi mencionado no referencial teórico, o processo para adquirir a DAP se dá a partir do cadastramento autorizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, credenciada por meio de seus escritórios regionais ou locais. Há no Município de Jacobina o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacobina e a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola que emitem esta declaração, porém é preciso que os produtores estejam com toda a documentação regularizada. No que se refere ao formulário de solicitação de credenciamento ao Organismo de Controle Social encontra-se no site (www.mda.gov.br/saf) e nos anexos deste trabalho.

Gráfico 4



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

De acordo com o Gráfico nº 4, 70% dos produtores afirmaram que a burocracia é o principal desafio enfrentado para ter seus produtos certificados. Em seguida, 30% disseram que não tem técnicos suficientes para acompanhá-los e orientá-los.

A partir dos dados coletados é evidente que os produtores orgânicos de Jacobina têm muitas dificuldades e desafios para poderem ter seus produtos certificados. Observamos que a Associação já tem 10 anos de existência e até o momento da pesquisa, nenhum técnico do órgão fiscalizador (MAPA) veio visitar esta Associação, com isso, é perceptível as dificuldades desses agricultores (pessoa física) e da Associação (pessoa jurídica) perante o cumprimento da legislação.

Outro aspecto relevante é que os produtores precisam passar pela aprovação cadastral para adquirir a DAP, que muitas vezes a burocracia impede desses agricultores conseguirem, pois é necessário estarem enquadrados no que rege a regulamentação. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2012) o Pronaf é distribuído em Grupos e conforme o perfil dos produtores orgânicos de Jacobina os mesmos estão enquadrado no Grupo “B” tendo que seguir com os seguintes requisitos:

- I - Explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; II - residam na propriedade ou em local próximo; III - não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; IV - obtenham, no

mínimo, 30% (trinta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; V - tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento; VI - obtenham renda bruta anual familiar de até R\$4.000,00 (quatro mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. (BRASIL, 2012, s/p).

Para os produtores se adequarem a esses requisitos faz-se necessário a comprovação através de documentos tais como: Escritura da Terra (INCRA), comprovação de renda anual (IR), e que estejam com todos esses documentos regularizados, ou seja, com todos os impostos pagos e o nome limpo no Serviço de proteção ao crédito (SPC/SERASA). Desta forma, é um grande desafio, pois o processo é burocrático e longo para que o produtor consiga se cadastrar no Ministério da Agricultura e conseguir a certificação. Um fator preponderante que tem dificultado também o processo de certificação foi a longa estiagem na região, onde a produção diminuiu pela escassez da água.

3.4.3 MODELO DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO UTILIZADAS PELOS PRODUTORES ORGÂNICOS.

No último bloco da pesquisa sobre o Modelo de produção e comercialização, os 30 produtores disseram que os métodos utilizados no solo para a produção orgânica são: composição do adubo orgânico, feito de esterco e resto de vegetais; o solo é tratado como um organismo vivo e conservado através da rotação de cultura e as sementes e mudas são obtidos do sistema orgânicos. Para combater pragas e doenças eles aplicam no solo tratamento natural através dos biofertilizantes que é o composto de água de mandioca, urina de vaca, fumo, folha de pimenta, alho etc.

Segundo o produtor João Bosco (2012), “o uso de biofertilizante auxiliam na manutenção do equilíbrio nutricional das plantas, maior defesa nelas perante as pragas, pois propicia uma maior formação de proteínas, além disso, quase não tem custo, pois o composto é feito de forma natural”. (Pesquisa de Campo realizado com o Produtor João Bosco Fernandes dos Santos realizada em 12/09/2012).

Tabela 8 – Atuação da Cofaspi como Assistência Técnica

Atuação da Cofaspi como Assistência Técnica	Freqüência	Freqüência Relativa %
Freqüente	5	17
Regular	22	73
Não se aplica.	3	10
Total	30	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Com referência a tabela nº 8, a atuação da Cooperativa de Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (COFASPI), 17% dos produtores disseram ser freqüente as orientações técnicas, 73% definem como regular e 10% afirmaram que ainda não foram assistidos (as) em lócus pela Cofaspi.

Percebemos que a Cofaspi tem atuado nessas localidades poucas vezes, observando pelo número significativo de produtores que apontaram como regular. Porém muitos produtores justificaram que a Cooperativa tem orientados sobre as técnicas do manejo do solo, a legislação brasileira que regulamenta o Sistema Orgânico e as formas de certificação durante algumas reuniões mensais realizada em sua sede. É de fundamental importância a assistência técnica aos produtores, pois são os técnicos responsáveis para visitar e orientá-los como manusear a terra de forma orgânica. Acreditamos que seja o número insuficiente de técnicos e como a demanda é grande a empresa não consegue atuar com freqüência em todas as comunidades.

Foto 3 – Plantio de hortaliças na localidade de Cocho de Dentro



Foto: Pesquisa de campo, 2012

Em conformidade com os dados da pesquisa de campo, os produtores afirmaram que estão satisfeitos com a comercialização de seus produtos, com a infra-estrutura, eles têm suas próprias barracas, aventais padronizados. O local é estratégico para comercializar, e consideram rentáveis. Eles escolheram trabalhar com produtos orgânicos desde a produção até a venda final, por opção e por saberem que estão vendendo produtos saudáveis e de boa qualidade. Todos os produtores constaram nos formulários que percebem a satisfação dos seus clientes em comprar, uma vez que, a procura é muita e seus produtos são todos vendidos na feirinha.

Os produtores orgânicos de Jacobina estão organizados através de uma associação, denominada “Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológica de Jacobina” - APAEJ, considerando a população de Jacobina, seu universo de associados ainda é restrita, mas é uma organização de pessoas responsáveis e comprometidas com a produção de alimentos saudáveis e com a preservação do meio ambiente. Seus associados realizam reuniões em sua sede, uma vez por mês ou extraordinária caso necessite, sempre lavrada em ata.

Os cooperados possuem um fundo rotativo criado e gerido pela Associação, mantido pela arrecadação semanal correspondente a cinco por cento do que é

coletado com as vendas de cada família. Este recurso tem garantido a estruturação e o fortalecimento desses agricultores.

Mesmo diante das dificuldades e dos desafios citados acima, esses produtores estão se mobilizando para conseguir sua aprovação aos órgãos competentes, portanto, estão participando de cursos sobre agroecologia através do Projeto Feiras Agroecológicas Solidárias do Território do Piemonte da Diamantina realizado pela Cofaspi, com o apoio do Banco do Nordeste e da Secretaria de Trabalho, Renda, Emprego e Esporte do Estado da Bahia (SETRE-BA). Para Leonardo Lino Diretor Financeiro da Cofaspi (2013) “o objetivo do projeto é mobilizar os produtores da agricultura orgânica inseridas na produção e comercialização de seus produtos para juntos, serem cadastrados perante aos órgãos competentes”.

Através desse projeto os agricultores irão ter mais conhecimentos sobre os procedimentos para regularizar seu cadastro e dessa forma alcançar o tão esperado que é sua certificação pelo Controle Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias atuais, a sociedade brasileira tem-se preocupado bastante com a qualidade dos alimentos que estão consumindo e movidos pela procura desses produtos, novas alternativas tem surgido para suprir essas necessidades, referimos os produtos da agricultura familiar e orgânica que por sua vez, precisa ser reconhecidos através de uma certificação.

O interesse por esse tema surgiu a partir da necessidade de averiguar **de que forma os produtores da agricultura familiar orgânica de Jacobina, vem se organizando para adquirir a certificação?** Confirmamos a afirmação de que a valorização dos produtos orgânicos com a fixação de um padrão diferenciado de qualidade, isto é, de sua certificação gera oportunidade de expansão para os produtores da agricultura familiar no município de Jacobina, através de um modelo de organização que contempla as determinações dos órgãos competentes, garantindo a procedência e qualidade orgânica, desde sua fonte de produção até o ponto final de venda ao consumidor.

Os resultados da pesquisa revelaram que os agricultores da Associação Agroecológica de Jacobina enfrentam muitas dificuldades e desafios para adquirir a certificação de seus produtos tais como: aquisição a declaração de aptidão ao Pronaf –DAP; falta de conhecimento do formulário de solicitação de credenciamento ao Organismo de Controle Social; a burocracia para se cadastrar nos órgãos competentes; assistência técnica e a seca que está castigando a região do semi-árido da Bahia.

Identificou-se que dos Mecanismos de Controle para a Garantia da qualidade orgânica, regulamentada pela lei nº 10.831 de 2003 e do decreto nº 6.323 em 2007 sobre a consolidação do marco legal brasileiro para a agricultura orgânica, os produtores estão enquadrados ao Controle Social na Venda Direta, ou seja, os agricultores familiares da Associação dos produtores Agroecológica de Jacobina, são os únicos autorizados a realizar vendas diretas ao consumidor sem certificação, desde que integrem alguma organização de controle social cadastrada nos órgãos fiscalizadores.

Acredita-se que este seja o maior desafio da Associação: se cadastrar nas organizações de Controle Social, uma vez que, no Estado da Bahia ainda não existe nenhuma associação integrada aos Organismos de Controle Social – OCS.

Essa é uma realidade preocupante pelos agricultores familiares e orgânicos de Jacobina, embora a maioria dos agricultores disseram ter conhecimento sobre as formas de certificação, é necessário que a Associação tenha a DAP jurídica juntamente com todos os produtores com DAP física, se filiarem a alguma organização de Controle Social, neste caso, a mais próxima no Nordeste é a Organização de Controle Social dos Produtores Orgânicos do Território Sul Sergipano e solicitar do Ministério da Agricultura a visita dos responsáveis para as devidas averiguações.

Baseado nas informações obtidas no estudo fica fácil refletir e perceber a importância do modelo de organização dos produtores orgânicos de Jacobina, através da participação de todos os componentes da associação buscando sempre conhecer as técnicas de manejo, as orientações nas reuniões sobre como trabalhar com feiras agroecológicas e além de tudo conhecer afincos os regulamentos da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Neste sentido, os integrantes da APAEJ já trabalham desde 2003 com a produção e comercialização de produtos orgânicos, mesmo ainda não legalizados pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e realizam a venda direta em feiras agroecológicas, utilizando os princípios da agroecologia.

Esta Associação é fruto de organizações como a Cooperativa de Assistência Técnica e Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (COFASPI), Movimento de Organização Comunitária. (MOC) e as Associações Comunitárias. Visto que, em parceria com outras associações dos Municípios que compõem o Território do Piemonte da Diamantina estão participando de cursos sobre agroecologia através do Projeto Feiras Agroecológicas Solidárias do Território do Piemonte da Diamantina realizado pela Cofaspi, com o apoio do Banco do Nordeste e da Secretaria de Trabalho, Renda, Emprego e Esporte do Estado da Bahia (SETRE-BA).

É essencial incentivar e disseminar atitudes que visam à preservação do nosso ecossistema natural. Por isso é que a agricultura orgânica é importante, por que toda a cadeia produtiva, desde o plantio até a venda, é manejada de forma a evitar danos ao meio ambiente. A ausência de agrotóxicos preserva o sabor e a

aparência reais dos vegetais. Com o uso sustentável, os recursos não se esgotam e permanecem disponíveis para gerações futuras.

À medida que o consumidor vai tendo conhecimento da importância de consumir o alimento orgânico, identificado como benéfico para a saúde, aumenta a confiança, a credibilidade e a demanda do consumo. Logo, a comercialização envolve desenvolvimento econômico, social e respeito ao equilíbrio e às limitações dos recursos naturais.

A adoção de uma certificação alternativa, mais direcionada à realidade do pequeno agricultor familiar, condizente e ajustada com as necessidades locais, não traz somente benefícios econômicos, por mais que sejam os mais atrativos aos olhos de uma família que tem sua subsistência a partir do que produz na sua pequena propriedade. Ela também resulta em benefícios como o compartilhamento e a multiplicação de princípios agroecológicos, que vão além do uso ecológico preconizado pela agricultura orgânica, também sendo uma alternativa mais justa, sustentável, inclusiva e solidária.

Como contribuição desta pesquisa ao seu objeto de estudo, Associação dos Produtores Agroecológica de Jacobina (APAEJ), encaminhamos algumas sugestões de ações, possíveis de serem incluídas em seus trabalhos como procedimentos de gestão e também para regularização do cadastro perante os órgãos competentes e dessa forma alcançar a certificação pelo Controle Social:

- I. Elaborar um plano estratégico de trabalho, para juntos os agricultores conseguirem tanto a DAP física como Jurídica e se cadastrarem ao Organismo de Controle Social.
- II. Apresentar um projeto de produção aos Bancos oficiais, com fins de financiamento.
- III. Buscar parceria em Instituições Escolares objetivando ações educativas relacionadas à alimentação saudável que atinjam o público adulto e infante juvenil.
- IV. Buscar junto aos órgãos ambientais parcerias, para divulgação da importância do desenvolvimento sustentável e sua relação com a produção de alimentos orgânicos.
- V. Formar uma rede de associações, que gere maior poder de barganha junto aos compradores e que busque junto às esferas governamentais medidas mais arrojadas para o fortalecimento da produção de alimentos orgânicos, de forma que esta deixe de ser vista como uma forma de produção de uma alimentação alternativa

para ser vista como uma solução para o bem estar do ser humano, a preservação do planeta e sua diversidade de vida e como uma atividade economicamente viável.

Sugere-se também uma aproximação da Universidade com a Associação para que juntos possam buscar medidas a setores do meio científico para ampliação de técnicas de produção e gerenciamento. No tocante a técnica de produção, formar parcerias com a mesma para que tenham cursos direcionados a esta área, exemplo da agroecologia, agronomia entre outros.

FONTES ORAIS

- 1- Zacarias dos Santos Coutinho, solteiro, 52 anos, residente na localidade do Coréia, agricultor familiar orgânico.
- 2- João Bosco Fernandes dos Santos, solteiro, 48 anos, residente na localidade do Coréia, agricultor familiar orgânico.
- 3- Leonardo Lino Carvalho, solteiro, 25 anos, residente no Bairro Jacobina III, diretor financeiro da Cofaspi.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.

ALTIERI, M. **Agroecologia, a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia_short-port.pdf. Acesso em 20/01/13

ALVES, A; LIMA, Hinaldo. (Mestrados em Geografia). Agricultura Familiar. *Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira edição 01, ano I. Lagarto, abril de 2008*
In: BLUM, Rubens; Agricultura Familiar; Estudo preliminar da definição, classificação e problemática; In TEDESCO, João Carlos (Org.) **Agricultura Familiar**; Realidades e Perspectivas; Passo Fundo; Editora da UPF, 1999.

_____. *In: LAMARCHE, Hugues (coord.); A agricultura familiar: comparação internacional*. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o Conceito da Agricultura Familiar. 2009. In: AMARAL, Luiz. **História Geral da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, volume 1, 2. Edição.

_____. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion. Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

AMARAL, C. Torres. Parceiros em lavouras comunitárias e agricultores familiares agroecológicos: um estudo comparativo entre agricultura familiar em território de agricultura tradicional de Minas Gerais e agricultura agroecológica do centro de Rondônia. 2010. Tese (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG. 2010. *In: FERNANDES, Bernardo M. Brasil: 500 anos de luta pela terra*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

ARAÚJO, Daline, F. S; PAIVA, Maria do S. D. Orgânicos: Expansão de Mercado e Certificação. 2007. *Holos, Ano 23, vol. 3. In: DAROLT, M. R. Alimentos Orgânicos: Um Guia para o Consumidor Consciente*. IAPAR/ ACOPA. 2. ed. Curitiba, 2005.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A; **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. Março de 2000. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao>. Acesso em 20 de janeiro de 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva de produtos orgânicos**. Brasília: MAPA, 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Controle Social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação / Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo**. – Brasília: Mapa/ACS, 2008.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial da República Federativa Brasil, Brasília, 21 de agosto de 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa Nº 007, de 17 de maio de 1999**. Diário Oficial da República Federativa Brasil, Brasília, Seção 01, em 19 de maio de 1999.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa Nº 19, de 28 de maio de 2009**. Diário Oficial da República Federativa Brasil, Brasília, Seção 01, em 29 de maio de 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **Instrução Normativa Nº 46, de 06 de outubro de 2011**. Diário Oficial da República Federativa Brasil, Brasília, Seção 01, em 07 de outubro de 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Mecanismo de Controle para a garantia de qualidade orgânica**. Coordenação de Agroecologia. – Brasília: Mapa/ACS, 2008. Disponível: <http://aao.org.br/aao/entenda-o-processo-de-certificacao.php>. Acesso em 08 de março de 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Orgânicos**. 2012. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>. Acesso em 01 de março de 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtos orgânicos: Sistemas Participativos de Garantia** /Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: Mapa/ACS, 2008

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar: Institucional. MDA. 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em 17 de dezembro de 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria Nº 45 de 28 de julho de 2009. Instituiu o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar. MDA.2009 Disponível em: http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/selo-da-af/Portaria_-_45.pdf. Acesso em Dezembro de 2012.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Diagnóstico do Município de Jacobina Estado da Bahia** / Organizado [por] Ângelo T. Vieira, Felícissimo Melo, Hermínio Brasil V. Lopes, Hermínio Brasil V. Lopes, José C. Viégas Campos, José T Guimarães, Juliana M. da Costa, Luís Fernando C. Bomfim, Pedro Antonio de A. Couto, Sara Maria Pinotti Benvenuti. Salvador: CPRM/PRODEEM, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Diário oficial da União. 17/06/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em 01/06/2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm. Acesso em 01/06/2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007.** Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm. Acesso em 01/06/2013.

CAMPANHOLA, Clayton; VALARINI Pedro José. **A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 18, n. 3, set./dez. 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável.** Brasília. DF. 2006. Disponível em: <http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia%20%20Novo%20Paradigma%2002052006-Itima%20Verso1.pdf>. Acesso em 12 de dezembro de 2012.

CAUMO, Alessandra Juliana; STADUTO.J.A.Ramundo. Agricultura orgânica sob uma perspectiva de gênero: um estudo da região oeste do Paraná. Ponencia presentada ao VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010 *In*: DEERE, C.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina.** Porto Alegre: UFRGS, 2002. Disponível em: < <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT9-Alessandra-Juliana-Caumo.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2013.

CHIARELLO, Maralucia. ORLOWSKI, R. F. WACKULICZ, G.J. Feiras livres: uma alternativa de geração de renda aos agricultores familiares de Chapecó - SC 2008. *In*: TEDESCO, João Carlos (Org.) (1999). **Agricultura familiar: Realidades e Perspectivas.** 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF. 405p. Disponível em: http://www.apec.unesc.net/II%20EEC/sessoes_tematicas/Regional/Artigo15.pdf. Acesso em 07 de abril de 2013.

CONFERÊNCIAS TERRITORIAIS. Secretaria de Cultura. **Perfil do Território de Identidade Piemonte da Diamantina.** 2009. Governo do Estado da Bahia. Disponível: [http://www.cultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/territorios/Perfil do territorio Piemonte da Diamantina 2009.pdf](http://www.cultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/territorios/Perfil%20do%20territorio%20Piemonte%20da%20Diamantina%202009.pdf). Acesso em 05 de junho de 2013.

EMBRAPA. **Marco de Referência em Agroecologia.** Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/dater>. Acesso em 12/02/12 e <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 12/02/12

ESTATUTO SOCIAL. Associação dos Produtores e Produtoras Agroecológica de Jacobina – APAEJ. Jacobina – Ba. 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo, Cortez Editora, 2001.

GALLO, Luciano. **Produção de doce de Caatinga do Moura ultrapassa fronteiras.** 29 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.vidanocampoonline.com>. Acesso em 12 de dezembro de 2012.

Google. Mapa da localização de Jacobina. disponível em: <http://www.fotosdabahia.com.br/chapadadiamantina/jacobina/jacobina-fdb.jpg>
Acesso 02/06/13

GÖRGEN, Frei Sérgio Antonio. **Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.** 2005. Disponível: <http://www.social.org.br/relatorio2005/relatorio011.htm>. Acesso em 28 de março de 2013.

GROSSI, Mauro Eduardo Del; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação.** Estudos Sociedade e Agricultura, abril de 2010, vol. 18, n. 1, ISSN 1413-0580.

IBD. Instituto Biodinâmico. **Diretrizes “Orgânico IBD”** 18ª edição – doc. 1-8-2. Revisão novembro 2012. Disponível em: <http://www.ibd.com.br>. Acesso em 20 de fevereiro de 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em 24/10/12

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_bahia.pdf. Acesso em 15 de dezembro de 2012.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, **grilagem de terras**, 2009. Disponível em <http://cddhma.files.wordpress.com/2009/09/livro-branco-da-grilagem-de-terras.pdf> acesso em 03/11/2012.

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil:** dossiê estatístico. Brasília, 1996.

_____. **Novo Retrato da Agricultura: o Brasil redescoberto.** Brasília: MDA, 2000.

JORNAL O ENCARTE. **Crônica Histórica da Cidade do Ouro.** Edição especial de aniversário da cidade. Jacobina - Bahia, 28 de julho de 2003.

LEMOS, Doracy Araújo. **Jacobina sua História e sua Gente.** Feira de Santana: Grafimort, 1995.

MEIRELES, Laércio. Entrevista a Revista Galileu. Rede certifica orgânicos com sistema colaborativo. 2012. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI310285-17770,00-REDE+CERTIFICA+ALIMENTOS+ORGANICOS+COM+SISTEMA+COLABORATIV>O.html>. Acesso em 01 de maio de 2013

OLIVEIRA, Djalma.P.R, **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLTRAMARI, Ana Carla; ZOLDAN, Paulo; ALTMANN, Rubens. **Agricultura Orgânica em Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002. 55p. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/organicos.pdf>. Acesso em 25 de fevereiro de 2013.

PASCHOAL, A. **Produção Orgânica de alimentos**. Piracicaba: Esalq, USP, 1994.

PEREIRA, G. P. A. **A Modernização da Agricultura Familiar na Região de Jacobina. 2011**. Engenheiro Agrônomo - Geocomercial – Jacobina-Ba. Disponível em: <http://www.vidanocampoonline.com/index.php/agricultura-familiar/1056-a-modernizacao-da-agricultura-familiar-na-regiao-de-jacobina>. Acesso em 12 de dezembro de 2012.

PLANETA ORGÂNICO. Quem certifica. 2008. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br>. Acesso em 19 de setembro de 2012.

PINTO, Luís Fernando Guedes; PRADA, Laura de Santis. Fundamentos da certificação socioambiental. São Paulo: Embrapa Meio Ambiente, 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 3 ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

SEI / SEPLANTEC. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – e a Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia – **Cultura por Município do ano de 2011**. Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/munsintese/index.wsp?tmp.cbmun.mun=2917508>. Acesso em 05/06/13

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50. Disponível em : <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>. Acesso em 07 de abril de 2013.

SILVA, Edmilson Evangelista. **Manejo orgânico da cultura de couve flor em rotação com o milho, consorciado com leguminosas para adubação verde intercalar em plantio direto**. Dissertação (Pós-graduação em Fitotecnia) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2006.

SOUSA, Silvio Fernando. **Técnicos da EBDA discutem a cadeia produtiva do sisal em Jacobina**. Publicado em 19 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.ebda.ba.gov.br/tecnicos-da-ebda-discutem-a-cadeia-produtiva-do-sisal-em-jacobina>. Acesso em 12 de dezembro de 2012.

TERRAZZAN, P.; VALARINI, P. J. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil. *Informações Econômicas*, v. 39, n. 11, 2009. Disponível em: <<http://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2009/tec3-1109.pdf>>. Acesso em: 10 /12/ 2012.

WANDERLEY, N. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO (Org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p. Disponível em <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>. Acesso em 26/02/12.

VEIGA, José eli. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VIDA NO CAMPO. O seu portal rural online.2012. Disponível em:
<http://www.vidanocampoonline.com/index.php/agronegocios/1243-producao-de-doce-de-caatinha-do-moura-ultrapassa-fronteiras>. Acesso em 05/12/2012.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário da Pesquisa.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS- DCH – CAMPUS IV
COLEGIADO DE GEOGRAFIA – CAMPUS IV

Este formulário tem como objetivo diagnosticar os desafios enfrentados pelos agricultores familiares no que se refere à certificação dos produtos orgânicos no Município de Jacobina.

FORMULÁRIO DE PESQUISA

Questionário Nº. _____ Data ____ / ____ / ____
Localidade: _____

I – PERFIL DOS PRODUTORES:

1- **Sexo:** () Masculino () Feminino

2- **Estado Civil:** () Solteiro () Casado

() Outros. Especificar _____

3 - Idade:

() até 25 anos

() 26 a 35 anos

() 36 a 45 anos

() 46 a 55 anos

() 56 a 65 anos

() acima de 65 anos.

4 - Escolaridade:

() não alfabetizado

() ensino fundamental

() ensino médio

() superior incompleto;

5 - Número de pessoas do núcleo familiar:

3 4 5 6 + de 6. Especificar _____

6 - Renda Familiar Mensal:

menos de um salário mínimo um salário mínimo
 2 salários mínimos acima de 2 salários mínimos

7 - Além da atividade principal, dispõe de outras rendas para sustentar a família.

aluguel aposentadoria / pensão
 familiares trabalhando benefícios diversos (bolsa família, etc.)
 outras. Especificar _____

8 - Já acessou crédito em algumas Instituições Financeiras.

sim não Especificar _____

9 - Valor do empréstimo em média:

R\$ 500,00 R\$ 1.000,00 R\$ 1.500,00 acima de 2.000,00

10 - A Associação promove reuniões nas comunidades dos produtores.

sim não Especificar _____

11 - Os produtores participam de outros movimentos sociais.

sim não Especificar _____

II - CERTIFICAÇÃO**12 - Já participou de capacitação para ser reconhecido (a) como produtor (a) orgânico.**

sim não Especificar _____

13 - Já recebeu a visita de algum técnico dos órgãos competente para a certificação.

sim não Especificar _____

14 - De acordo com a legislação, há três formas de garantia da qualidade dos alimentos orgânicos comercializado. Marque a opção que o Sr. (a) se enquadra.

a certificação por meio das certificadoras credenciadas;

as associações de produtores que fazem auditoria, fiscalizam e certificam os produtos, chamadas de sistema participativo de garantia;

() o controle social para os agricultores familiares que vendem por conta própria e obtêm uma autorização para fazer feiras e entregas em domicílio, se cadastrando no site do Ministério da Agricultura (www.agricultura.gov.br).

15 - Conhece as normas e técnicas para certificação de produtos orgânicos.

() sim () não Especificar _____

16- Indique quais desses itens abaixo relacionados estão dificultando o processo de certificação.

- () DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
- () documentos pessoais (RG. CPF.)
- () comprovante de residência
- () comprovante de Renda
- () formulário de solicitação de credenciamento
- () outros. Especificar _____

17 – Qual a sua avaliação quanto o valor da inscrição para se credenciar perante a certificadora.

() elevada () ruim () acessível () péssima

18 – Quais os desafios enfrentados para adquirir o selo orgânico.

- () burocracia
- () assistência técnica
- () não se aplica
- () outros Especificar _____

III – MODELO DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

19 – Indique quais os métodos utilizados no solo para que os produtos sejam orgânicos:

- () o solo é a base do trabalho orgânico: esterco, restos de verduras, folhas, aparas, etc., são devolvidos aos canteiros para que sejam decompostos e transformados em nutrientes para as planta.
- () é utilizado no solo, adubos químicos e sementes transgênicos.
- () as sementes e as mudas são obtidas do sistema orgânico.
- () o solo é tratado como um organismo vivo e conservado através da rotação de culturas.
- () outros. Especificar _____

20 – Como é a atuação da Assistência Técnica da Cofaspi.

() freqüente () regular () não se aplica () outros.

Especificar _____

21 – Qual o grau de sua satisfação quanto à comercialização na feira orgânica.

() ótimo () bom () regular () insatisfeito () ruim.

22- A infra-estrutura (local, instalações, etc.) da feira orgânica é:

() ótimo () bom () regular () insatisfeito () ruim.

23- É aplicado tratamento natural para combater pragas e doenças.

() sim () não Especificar _____

24- Há rentabilidade em comercializar os produtos orgânicos

() sim () não Por que _____

25- Por que escolheu trabalhar com os produtos orgânicos.

() por opção

() porque os produtos são saudáveis

() porque preserva o meio ambiente

() outros. Especificar _____

26- Os seus produtos são comercializados somente nas feiras orgânica.

() sim () não Por que _____

27- Há perspectiva de expansão para comercializar no mercado local ou regional

() sim () não Por que _____

28- A demanda pela procura dos produtos orgânicos é constante.

() sim () não Por que _____

29- Na sua concepção, você percebe a satisfação dos clientes em adquirir produtos de boa qualidade.

() sim () não Por que _____

Impressões pessoais do Pesquisador:

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV/JACOBINA

COLEGIADO DE GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE **Título do Projeto: A PRODUÇÃO ORGÂNICA EM JACOBINA: DESAFIOS PARA** **ADQUIRIR SUA CERTIFICAÇÃO**

Dados do pesquisador:

Nome: Jacy Bandeira Almeida Nunes

Endereço: Av. Orlando Oliveira Pires, 1098 Jacobina - BA

Tel: 74 36210513

Equipe Executora:

Nome: MARIA GENAILDE MOREIRA BRASILEIRO

Endereço: Rua dos Humildes, 191 centro, Jacobina-Ba

Tel. 3622-0029 ou 9147-6361 - 8801-7830

Comitê de Ética em Pesquisa:

Universidade do Estado da Bahia

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – CEP/UNEB

Pavilhão Administrativo – Térreo

Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador - BA. CEP: 41.150-000 - Tel.: (71) 3117 2445

A importância de se consumir alimentos orgânicos e o papel da agricultura familiar no Brasil vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e nutricional, sobretudo no desenvolvimento local. Partindo desse pressuposto, o interesse por esse tema surgiu a partir da necessidade de averiguar **de que forma os produtores da agricultura familiar orgânica de Jacobina, vem se organizando para adquirir a certificação**, isto é, quais os desafios enfrentados pelos agricultores para a aquisição dos selos e por que é necessário que esses produtores estejam com seus produtos certificados.

Assim, a pesquisa tem como objetivo diagnosticar os desafios enfrentados pelos agricultores familiares no que se refere à certificação dos produtos orgânicos, buscando entender a importância da aquisição dos selos para a comercialização e valorização dos seus produtos. Para essa análise, será necessário coletar dados

através de formulários e fotografias. A pesquisa não vai trazer riscos aos sujeitos, porque estes terão suas identidades preservadas, bem como o objeto de pesquisa não traz implicações. A pesquisa tende oferecer subsídios para orientar técnicos, gestores e os próprios produtores para obterem a certificação de produtos orgânicos.

Depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), eu, _____ autorizo, através do presente termo, a pesquisadora MARIA GENAILDE MOREIRA BRASILEIRO do projeto de pesquisa especificado acima a realizar os procedimentos que se façam necessários sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas imagens e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor do pesquisador da pesquisa, acima especificado, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos de personalidade (Código Civil, Lei N.º 10.406/2002).

_____, ____ de _____ de 20__

Sujeito da pesquisa

Pesquisador Responsável pelo projeto

Apêndice C - Feira Agroecológica de Jacobina



Foto: BRASILEIRO.M. 2012


Produção orgânica na Propriedade do Sr. Zacarias na comunidade de Coréia



Foto: pesquisa de campo, 2012

ANEXOS

1- Formulário de Cadastro de Organismo de Controle Social

	<p>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO</p> <p>SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO</p> <p>DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE</p> <p>COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA</p>
---	---

<p>SOLICITAÇÃO DE CADASTRO DE ORGANISMO DE CONTROLE SOCIAL</p>

01	NOME DA ORGANIZAÇÃO OU NOME EMPRESARIAL			02	CNPJ			
03	ENDEREÇO COMPLETO		04	BAIRRO	05	MUNICÍPIO		
06	CEP	07	UF	08	PAÍS	09	TELEFONE	
10	FAX			11	E-MAIL			
12	NOME DO REPRESENTANTE / CONTATO			13	FUNÇÃO		14	TELEFONE
15	TERMO DE COMPROMISSO							
<p>Nós, membros da Organização de Controle Social acima identificada, que assinamos o Termo de Compromisso com a Garantia da Qualidade Orgânica, anexo, declaramos ter pleno conhecimento dos requisitos para o cadastro solicitado e, concordamos em atendê-los, bem como comprometemo-nos a fornecer todas as informações necessárias para a efetivação do processo de cadastro no Órgão Fiscalizador.</p>								
16	NOME E FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL					17	CPF	
18	ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL					19	DATA	

DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A SOLICITAÇÃO DE CADASTRO
Formulário de solicitação de cadastro preenchido e assinado
Termo de Compromisso com a Garantia da Qualidade Orgânica;
Descrição do processo de controle da produção e da comercialização;
Declaração de conformidade com os regulamentos técnicos de produção orgânica;
Descrição do processo de controle social exercido sobre a produção e comercialização;
Declaração oficial que comprove a condição de agricultor familiar dos seus membros;

Fonte: MAPA, 2008

2- Aula de Campo do Componente Curricular Geografia Agrária em Cocho de Dentro



Foto: Arquivo pessoal de Etevaldo Oliveira Lima, 2011.